



INSTITUTO FEDERAL DE SERGIPE
CAMPUS ARACAJU
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLÓGICA

DANIELLE DA SILVA ANDRADE

PROGRAMA JOVEM APRENDIZ NO INSTITUTO FEDERAL DE SERGIPE:
ESTUDO DE CASO NO *CAMPUS* ESTÂNCIA-SE

Aracaju/SE

2020

DANIELLE DA SILVA ANDRADE

**PROGRAMA JOVEM APRENDIZ NO INSTITUTO FEDERAL DE SERGIPE:
ESTUDO DE CASO NO *CAMPUS* ESTÂNCIA-SE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo Instituto Federal de Sergipe, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Sônia Pinto de Albuquerque Melo.

Aracaju/SE

2020

Andrade, Danielle da Silva.

A553p Programa jovem aprendiz no Instituto Federal de Sergipe : estudo de caso no campus Estância - SE. / Danielle da Silva Andrade. – Aracaju, 2020. 95f.: il.

Dissertação – Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica – Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Sergipe – IFS.

Orientador: Prof^a. Dr^a. Sônia Pinto de Albuquerque Melo.

1. Educação Profissional e Tecnológica. 2. Programa Jovem Aprendiz. 3. Ensino Integrado. I. Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Sergipe - IFS. II. Melo, Sônia Pinto de Albuquerque. III. Título.

CDU: 377.36

Ficha catalográfica elaborada pela bibliotecária Célia Aparecida Santos de Araújo

CRB 5/1030

DANIELLE DA SILVA ANDRADE

PROGRAMA JOVEM APRENDIZ NO INSTITUTO FEDERAL DE SERGIPE:
Estudo de caso do Campus Estância-SE

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), do Instituto Federal do Sergipe – Campus Aracaju, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica.

Aprovada em 20 de fevereiro de 2020.

COMISSÃO EXAMINADORA

Sônia Pinto de Albuquerque Melo

Prof.^a Dr.^a Sônia Pinto de Albuquerque Melo
Orientadora – IFS

José Franco de Azevedo

Prof. Dr. José Franco de Azevedo
Examinador Interno - IFS

Pablo Boaventura Sales Paixão

Prof. Dr. Pablo Boaventura Sales Paixão
Examinador Externo – UFS



INSTITUTO FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E EXTENSÃO
GERÊNCIA DE GRADUAÇÃO E PÓS GRADUAÇÃO

PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA



DANIELLE DA SILVA ANDRADE

GUIA DE ACOMPANHAMENTO E GESTÃO: PROGRAMA JOVEM APRENDIZ

Produto Educacional apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), do Instituto Federal do Sergipe – Campus Aracaju, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica.

Aprovado e validado em 20 de fevereiro de 2020

COMISSÃO EXAMINADORA

Sônia Pinto de Albuquerque Melo

Prof.^a Dr.^a Sônia Pinto de Albuquerque Melo
Orientadora – IFS

José Franco de Azevedo

Prof. Dr. José Franco de Azevedo
Examinador Interno - IFS

Pablo Boaventura Sales Paixão

Prof. Dr. Pablo Boaventura Sales Paixão
Examinador Externo – UFS

Dedico este trabalho à minha avó, Lindinalva, em forma de gratidão por ter me matriculado na primeira escola da qual me lembro.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, em suas diferentes formas, por ter chegado até aqui. Agradeço à minha família pela convivência, principalmente às mulheres da minha família, pois através delas percebi o quanto é importante estudar, vocês são referência para mim.

Agradeço à minha orientadora, Sônia, por ter me acompanhado até aqui. Aos colegas do mestrado, pela parceria e torcida de sempre. Agradeço especialmente aos amigos que fiz nesse percurso, àqueles que em diferentes momentos se fizeram presentes, seja em forma de palavras, mão estendida, artigos enviados, risadas, textos lidos, desesperos, mais risadas e muita torcida. Agradeço por terem me feito acreditar que era possível e por terem sido minhas forças quando eu já não as tinha. Val, Cyndi, Thiala, não conseguiria sem vocês. Não há palavras que possam expressar minha gratidão. Agradeço também aos amigos queridos Caio, Ieda, Fabiana, Dany 1. Não posso deixar de mencionar todas as contribuições de Damiano Melo, pessoa de quem sou fã! Obrigada pelas contribuições no texto e na vida! Sem dúvida, o seu entusiasmo é contagiante!

Agradeço a Maria Eduarda pela convivência, por suportar as minhas ausências mesmo presente, por me fazer acreditar em mim sempre e todos os dias, por não me deixar sucumbir nos piores dias. Se isso não é amor, não sei mais o que é.

Estendo os meus agradecimentos a Márcio Costa da PRODIN, bem como a João Victor (estagiário) por terem tornado palpáveis as minhas ideias de fluxograma; agradeço imensamente a Lucas do NAE *Campus* Estância pela parceria e disponibilidade durante toda a minha pesquisa e a Otacílio da PROPEX por todas as vezes em que me recebeu e me passou informações sobre o programa. Meu muito obrigada também a Cláudia do IFS Socorro por toda a disponibilidade! Agradeço ao meu amigo Ademar Jr. Designer gráfico que diagramou o produto educacional apresentado aqui.

Enfim, sou muito grata pelo caminho que fiz.

“A alegria não chega apenas no encontro do achado, mas faz parte do processo da busca. E ensinar e aprender não pode dar-se fora da procura, fora da boniteza e da alegria. ”

(Paulo Freire, 1996)

RESUMO

O Programa Jovem Aprendiz foi criado em 19 de dezembro de 2000 através de lei denominada Lei da Aprendizagem (Lei 10.097/2000). Esse programa tem como um dos principais intuitos viabilizar a entrada dos jovens no mercado de trabalho. Estes, com idade entre 14 e 24 anos, são inseridos por meio de cursos ofertados em instituições conveniadas, tais como as empresas do Sistema S, além de poderem ser ofertados também nas escolas federais e estaduais de Educação Profissional e Organizações não governamentais (ONGs), sendo que eles devem cumprir carga horária em empresas que participam do projeto. Esta dissertação objetiva pesquisar, compreender e analisar como acontece a demanda desses cursos no Instituto Federal de Sergipe, *Campus Estância*, além de observar as implicações do Programa Jovem Aprendiz na vida dos jovens envolvidos. Tem-se como objetivo, ainda, ampliar as discussões acerca do trabalho enquanto princípio educativo. Para tanto, são trazidos como embasamento teórico autores como Frigotto (2001), Moura (2007), Ciavatta, Neves e Pronko (2008), além de autores que explanam sobre o Programa de Aprendizagem. Espera-se, ainda, contribuir com a elaboração de um fluxograma para organização e divulgação da demanda na citada instituição. Nesse viés, faz-se uso de questionários semiestruturados aplicados via googleforms tanto aos alunos que fazem/fizeram parte do programa quanto aos coordenadores dos *campi* que o ofertam, sendo estes últimos relacionados ao produto educacional *Guia de Acompanhamento e Gestão: Programa Jovem Aprendiz*. Esta pesquisa é baseada na metodologia quantiqualitativa e tem como referência o estudo de caso baseado nas teorias de Yin (2001) e Ludke e André (1986). O referido produto apresenta informações acerca do Programa Jovem Aprendiz no IFS por meio de card explicativo, além de dispor de sugestão de planejamento de atividades a serem desenvolvidas com os alunos e de fluxogramas que direcionam o acompanhamento desses alunos tanto no curso ofertado pelo instituto quanto nas empresas conveniadas a ele.

Palavras-chave: Programa Jovem Aprendiz. Educação Profissional e Tecnológica. Ensino Integrado.

ABSTRACT

The Young Apprentice Program was created on December 19, 2000 through a law called the Apprenticeship Law (Law 10,097 / 2000). One of the main purposes of this program is to enable young people to enter the job market. These, aged between 14 and 24 years old, are inserted through courses offered at partner institutions such as Sistema S companies, in addition to being able to be offered also at federal and state schools of Professional Education and non-governmental organizations (NGOs), they must also work hours in companies that participate in the project. This dissertation aims to research, understand and analyze the demand for these courses at the Federal Institute of Sergipe *Campus Estância*, in addition to observing the implications of the Young Apprentice Program in the lives of the young people involved. We also aim to increase discussions about work as an educational principle. For that, we will have as theoretical basis authors such as Frigotto (2001), Moura (2007), Maria Ciavatta, Neves and Pronko (2008), in addition to authors who explain about the Learning Program. We also hope to contribute to the development of a flowchart for organizing and disseminating demand at this institution. In this vein, we will make use of semi-structured questionnaires that will be applied via googleforms both to students who are / were part of the program, and to the coordinators of the campuses that offer it, the latter being related to the educational product Monitoring and Management Guide: Young Apprentice Program. Our research is based on the qualitative and quantitative methodology and has as a reference the case study based on the theories of Yin (2001), Ludke and André (1986). Said product presents information about the Young Apprentice Program at IFS by means of an explanatory card, in addition to having suggestions for planning activities to be developed with students, and flowcharts that guide the monitoring of these students both in the course offered by the institute and in companies associated with it.

Keywords: Young Apprentice Program. Education. Professionalizing. Management. Flowchart.

LISTA DE SIGLAS

CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CNE	Conselho Nacional de Educação
CNH	Carteira Nacional de Habilitação
DIREX	Diretoria de Extensão e Articulação com a Sociedade
ENAP	Escola Nacional de Administração Pública
EP	Educação Profissional
EPC	Equipamento de Proteção Coletiva
EPI	Equipamento de Proteção Individual
EPT	Educação Profissional e Tecnológica
FGTS	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFS	Instituto Federal de Sergipe
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
MAIC	Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
NAE	Núcleo de Apoio ao Estágio
PJA	Programa Jovem Aprendiz
PRODIN	Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional
PRONATEC	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
PROPEX	Pró-Reitoria de Pesquisa e Extensão
RH	Recursos Humanos
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
TALE	Termo de Assentimento Livre e Esclarecido
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 PROGRAMA JOVEM APRENDIZ: BREVE APRESENTAÇÃO	18
3 POLÍTICAS PÚBLICAS E A INSERÇÃO DA PRÁTICA PROFISSIONAL NOS CURSOS OFERTADOS	20
4 EPT: CONTEXTO HISTÓRICO	25
4.1 Jovem Aprendiz e trabalho como princípio educativo: possibilidades e discussões	27
5 METODOLOGIA	34
5.1 Percurso metodológico	38
5.2 Análise dos dados obtidos	39
<i>5.2.1 Perfil dos jovens aprendizes do Campus Estância</i>	39
<i>5.2.2 Sobre o Programa</i>	44
6 PRODUTO EDUCACIONAL	53
6.1 Gestão por Processos	55
6.2 Construção do produto educacional	57
6.3 Contribuições esperadas do produto educacional	58
6.4 Aplicação do produto educacional	59
CONSIDERAÇÕES FINAIS	65
REFERÊNCIAS	67
APÊNDICE A – Questionário para servidores	70
APÊNDICE B – Questionário para aprendizes	72
APÊNDICE C – Carta de anuência	74
APÊNDICE D – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	75
APÊNDICE E – Produto educacional	78

1 INTRODUÇÃO

A Educação Básica é um dos pilares da formação acadêmico-profissional dos educandos. De acordo com a Lei 9.394/96, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), artigo 36, o Ensino Médio pertence à educação básica, e sua formação integrada tem como função a constituição dos estudantes para o mundo do trabalho e o exercício pleno da cidadania. Essa concepção integrada se faz presente de forma importante nos Institutos Federais de Educação. Sobre isso a Lei 11.892, lei de criação dos Institutos Federais, versa em seu artigo 6º que:

Os Institutos Federais têm por finalidades e características:

I - ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional;

II - desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais (BRASIL, 2008, s/p).

O ensino integrado proposto na criação dos Institutos Federais almeja ir além de uma formação tecnicista e aligeirada, tendo entre os seus objetivos preparar o educando para o mundo do trabalho, assim como ofertar uma educação que implica ao estudante o entendimento das demandas sociais e das particularidades de sua região. Dessa forma, a inquietação com considerações e técnicas que norteiam o Ensino Médio integrado para a educação profissional inclui a busca da superação da dualidade histórica entre o ensino para o mercado profissional e a formação propedêutica, entendida aqui enquanto Ensino Médio destinado para aqueles que seguirão os estudos acadêmicos.

O ensino profissional deve ser compreendido como meio pelo qual os discentes irão ter contato com técnicas e processos necessários para a execução de determinada atividade laboral, incluindo a compreensão de aspectos socioeconômicos e políticos da sociedade em que estão inseridos. O ponto norteador é a concepção de que esses discentes estarão em contato contínuo com o mundo produtivo na era globalizada. É preciso dar sentido ao aprendizado dos educandos, contextualizando o ensino com as pautas atuais e de interesse social, para que eles possam estar implicados no processo de ensino-aprendizagem. Além disso, a educação não deve estar distante da realidade e do contexto daqueles que estão no cerne do processo de aquisição e elaboração de conhecimento.

Segundo Milanezi e Santos (2017),

O trabalho é parte integrante da formação do homem, desenvolvido por meio do conhecimento. Assim, localiza-se o trabalho como princípio educativo. O sujeito age na realidade por meio de sua produção que transforma a realidade e também é ela que pode transformar os sujeitos para atuarem de forma autônoma, como senhores do que produzem ou passivos de sua produção que se disponibilizam para estar a serviço do mercado de trabalho e do sistema de exploração. Quando a formação não adquire sentido para o educando, a lógica dominante e a de subordinação, caracterizada pelas relações de poder e exploração próprias do sistema capitalista (2017, p. 556).

O trabalho se configura como formador do homem desde que faça dele um sujeito consciente do lugar social que ocupa e das relações de exploração com as quais terá contato direto. É nas instituições de ensino que os aprendizes devem reconhecer a função principal do trabalho, que é formá-los enquanto indivíduos autônomos e conscientes de si e de sua sociedade. A identidade do homem é constituída a partir das realizações dele enquanto ser produtivo.

É importante que os discentes se apropriem de conhecimentos científicos e históricos dos meios de produção, dos quais esses indivíduos irão participar com a sua força de trabalho. O processo de ensino-aprendizagem é de fundamental importância para o entendimento e a prática da vida, sendo assim,

não basta apenas a intenção de formar para a cidadania e para o trabalho. A escola deve realizar essa formação de fato, de maneira que o sujeito se constitua de conhecimentos nas várias áreas que o tornem capaz de atuar de forma crítica e consciente como protagonista da sua história no meio social (MILANEZI; SANTOS, 2017, p. 558).

Segundo o Conselho Nacional de Educação (CNE), em sua resolução nº 6, de setembro de 2012, as escolas de Educação Profissional devem estar aptas a capacitar seus alunos de forma completa e irrestrita. No que concerne à prática formativa dos educandos em Educação Profissional e Tecnológica - EPT, essa resolução explana sobre a articulação entre os saberes práticos e científicos dentro dos espaços educacionais voltados para a profissionalização dos estudantes, além de atrelar ensino, cultura e respeito ao contexto nas práticas educativas. Nesse viés, as escolas de Educação Profissional têm no trabalho como princípio educativo a possibilidade de superação do fazer educativo descontextualizado e fragmentado e que desconsidera a realidade daqueles que desejam formar. Entre os princípios norteadores da CNE 6, capítulo II, destacamos as seguintes explicações:

Art. 6º São princípios da Educação Profissional Técnica de Nível Médio:

I - relação e articulação entre a formação desenvolvida no Ensino Médio e a preparação para o exercício das profissões técnicas, visando à formação integral do estudante;

II - respeito aos valores estéticos, políticos e éticos da educação nacional, na perspectiva do desenvolvimento para a vida social e profissional;

III - trabalho assumido como princípio educativo, tendo sua integração com a ciência, a tecnologia e a cultura como base da proposta político-pedagógica e do desenvolvimento curricular;

IV - articulação da Educação Básica com a Educação Profissional e Tecnológica, na perspectiva da integração entre saberes específicos para a produção do conhecimento e a intervenção social, assumindo a pesquisa como princípio pedagógico;

V - indissociabilidade entre educação e prática social, considerando-se a historicidade dos conhecimentos e dos sujeitos da aprendizagem;

VI - indissociabilidade entre teoria e prática no processo de ensino-aprendizagem (BRASIL, 2012, p. 2).

Tendo como base o documento citado, acreditamos que preparar o estudante para a vida social e profissional é mister para a superação da dualidade histórica já mencionada, assim como para capacitá-lo para intervir em sua realidade, modificando-a conforme as necessidades dele. Articular ensino, pesquisa e extensão, eis uma das propostas fundamentais dos Institutos. O currículo integrado é parte dessa práxis e torna palpável a possibilidade dessa superação. Compreendemos, assim, o currículo integrado conforme escrevem Dália e Frazão (2017), para quem

O Currículo Integrado de fato não diz respeito somente a articulação entre formação geral e profissional. Isso significa que sua *práxis* deve se sustentar no desenvolvimento do pensamento complexo, na experimentação, no trabalho como prática educativa e no contexto no qual o discente está inserido, para assim ter como resultado uma aprendizagem significativa, em uma tentativa constante de interação entre as diversas áreas de conhecimento (2017, p. 169).

Para esses autores, o Currículo Integrado vai além da disposição de um currículo que integre Ensino Médio e Educação Profissional, é toda uma *práxis* pedagógica que compreende desde a vivência desse estudante, seu contexto social, econômico, de classe, até o projeto político pedagógico da instituição em si e tudo aquilo que se articula ao fazer pedagógico e gera bons frutos na formação do educando. Chamamos atenção para essa compreensão de currículo, uma vez que acreditamos que a educação completa não se dá apenas nos cursos integrados ofertados pelos institutos, mas em todos os cursos que fazem parte do leque formativo dessas instituições, contando com cursos integrados, subsequentes, educação superior e demais

ofertas. O fazer pedagógico e o perfil das instituições não se detêm apenas aos currículos integrados, mas se estendem a todos os cursos ofertados por elas.

Sendo assim, toma-se currículo como toda e qualquer atitude educativa desenvolvida pela escola, com todos os seus fins e meios, levando em consideração, ademais, os contextos extraescolares que interferem na *práxis* pedagógica (DÁLIA: FRAZÃO, 2017, p. 170).

O aprendizado é, sem dúvida, uma construção mútua que engloba professor-aluno-equipe e tudo o que de alguma forma possa ser integrado na formação desses discentes e da equipe pedagógica visando à superação da fragmentação curricular ainda encontrada em algumas instituições. Vale ressaltar que trabalhar de forma interdisciplinar é condição *sine qua nom* para a melhoria da formação ofertada.

Não podemos falar em redução da dualidade educacional sem citar o Decreto 5.154/04. Lançado em um período marcado por diversas lutas encabeçadas por estudiosos da educação, ele constitui uma possibilidade de articulação entre a educação profissional e o ensino médio, porém, mesmo sendo avaliado como um avanço nas lutas pela diminuição da dualidade já citada e sendo visto, também, como um importante documento referente à educação profissional, ainda não foi o suficiente para erradicar essa histórica dualidade educacional.

A não articulação entre o ensino médio e a educação profissional consiste em uma falha no direito do cidadão de receber uma educação completa e de qualidade ofertada pelo serviço público. A relação escola e trabalho deve ser a raiz dos questionamentos necessários para que ocorram as necessárias mudanças na educação do país. Dessa forma, as relações sociais de produção precisam ser observadas para que se supere essa histórica perda de direitos do cidadão. Sendo assim, a educação no país tem sido caracterizada pela criação e inserção de diversos programas que têm funcionado como paliativo na resolução do problema da não obrigatoriedade de articulação do ensino médio com a educação profissional. Entre os quais é possível citar o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - PRONATEC e o programa Mulheres Mil. Nesse viés, com o intuito de inserir adolescentes e jovens, de 14 a 24 anos, no mercado formal de trabalho, o Ministério do Trabalho e Emprego (MET) lançou o Programa Jovem Aprendiz, o qual surge como meio possível de inclusão desse público no mercado laboral. Tal programa foi criado a partir da Lei 10.097/00 e regulamentado pelo Decreto 5.598/05, posteriormente atualizado pelo Decreto 9.579/18.

Diante desse panorama, esta pesquisa surgiu do desejo de estudar, analisar e compreender o Programa Jovem Aprendiz (PJA) dentro do Instituto Federal de Sergipe (IFS).

O estudo traz como questões-problema a importância do PJA enquanto política pública de formação profissional dos jovens e o seu futuro no mercado de trabalho, além de estimular as discussões no que concerne ao trabalho como princípio educativo.

O trabalho como princípio educativo é questão norteadora do ensino profissional implicado na mudança individual e social. O trabalho, dentro de uma concepção marxiana, é entendido como princípio formador do homem, como meio pelo qual este interage com a natureza e a modifica e, nesse processo, modifica a si mesmo.

Segundo Frigotto (2001), é a partir do trabalho que o homem compreende a si e aos outros. É por meio do trabalho que o indivíduo projeta a sua própria existência; o trabalho, dessa forma, é entendido como a produção da própria vida, a socialização e a interação do homem com as demais esferas.

Nesse sentido, cremos que estudar o Programa Jovem Aprendiz no IFS é necessário, pois, a partir deste estudo, outros *campi* conseguirão visualizar esse programa e modificá-lo/adequá-lo às suas realidades, possibilitando, assim, a permanência dos estudantes em seus cursos e os capacitando para a vida profissional e social. Analisar esse processo é fundamental para a compreensão e o entendimento da própria realidade deles, produzindo e recriando conhecimentos acerca de si e de sua comunidade. Pensamos que a compreensão desse programa implica diretamente sua melhoria e o aumento/a organização das vagas ofertadas, o que, a nosso ver, contribuirá sobremaneira para a formação dos jovens de maneira completa, ou seja, uma formação cidadã.

Teremos como *corpus* de nossa pesquisa o *campus* de Estância, visto que é um dos pioneiros na oferta desse programa, além de ser gerido pela Profa. Dra. Sônia Melo, minha orientadora, caracterizando o critério de escolha por conveniência, visto que a entrada na instituição e acesso aos dados necessários para esta pesquisa serão facilitados dados os fatos.

O *Campus* Estância é fruto do projeto de interiorização dos Institutos Federais de Educação. Esse projeto teve início em 2005, e, em 2008, o Estado de Sergipe foi contemplado com 3 novos *campi*, sendo eles: Estância, Itabaiana e Nossa Senhora da Glória. Essa interiorização teve/tem como um de seus objetivos o aumento da oferta pública da educação profissional e do ensino superior no interior do país.

A implantação desse *campus* busca promover o desenvolvimento de forma sustentável da região na qual foi instalado, e isso através da oferta de cursos e de programas que viabilizem a inclusão social dessa população, bem como da qualificação técnica desta. Os cursos ofertados nesse *campus* são: Edificações, Eletrotécnica, Recursos Pesqueiros e Engenharia Civil, sendo este último o primeiro curso superior público da região Sul de Sergipe.

O *Campus* Estância está instalado em prédio próprio desde 2014. Situado no bairro Cidade Nova, esse prédio possui três blocos com 12 salas de aula para até 50 alunos e conta com biblioteca, ampla área de convivência, 13 laboratórios, cantina e tem, ainda, a área administrativa. A área do terreno é de cerca de 55 mil m², sendo que 5.597,65 m² são de área construída. O *campus* tem capacidade para receber 1.200 discentes em seus três turnos de funcionamento.

Esse *campus* é, para a região, importante espaço de proliferação e produção de conhecimento, tendo como missão:

Promover a educação profissional, científica e tecnológica gratuita e de excelência, em todos os níveis e modalidades, através da articulação entre ensino, pesquisa e extensão, para formação integral dos cidadãos, capazes de impulsionar o desenvolvimento sustentável do Estado e da Região. (Disponível em: <<http://www.ifs.edu.br/sobre-o-campus-estancia/missao-visao-e-valores>>. Acesso em: 03 ago. 2019).

Sua visão de futuro é ser uma instituição de referência em educação profissional, científica e tecnológica em toda a Região Nordeste.

Dessa forma, procurando melhor compreender as questões expostas, estabelecemos os seguintes objetivos:

Objetivo geral:

- Analisar o funcionamento administrativo do Programa Jovem Aprendiz no Instituto Federal de Sergipe – IFS – *Campus* Estância.

Objetivos específicos:

- Analisar o perfil dos jovens envolvidos no Programa Jovem Aprendiz e as implicações deste na vida do público investigado.
- Investigar a relação entre a atividade desenvolvida no Programa Jovem Aprendiz e o curso do aluno no IFS.
- Desenvolver estratégias para melhorar a gestão do Programa Jovem Aprendiz – PJA no Instituto Federal de Sergipe – IFS – *Campus* Estância.
- Desenvolver material textual contendo guia de fluxo administrativo do Programa Jovem Aprendiz.

2 PROGRAMA JOVEM APRENDIZ: BREVE APRESENTAÇÃO

O Programa Jovem Aprendiz é um projeto que visa a inserir os jovens na faixa etária entre 14 e 24 incompletos no mercado de trabalho. As empresas participam do programa de maneira obrigatória, sendo observado o número de funcionários que possuem, e têm como um de seus objetivos a capacitação profissional desses jovens. Segundo a Lei da Aprendizagem (nº 10.097/2000), a cota a ser cumprida é de 5% a 15% das vagas das empresas avaliadas de médio e grande porte. Essa conta é feita a partir do número de cargos que necessitem de aprendiz, conforme consta no CBO – Código Brasileiro de Ocupações –, e não no número de colaboradores que há na empresa. Os jovens selecionados podem estar cursando desde o Ensino Fundamental ao Superior, o que não impede o ingresso de jovens que já concluíram os estudos; no entanto, os que ainda cursam têm prioridade nas vagas, assim como os estudantes de escolas públicas.

O regime de contratação é celetista, ou seja, regido pela CLT – Consolidação das Leis do Trabalho –, e se dá como um contrato especial de trabalho, no qual o aprendiz deve cumprir carga horária na empresa conveniada e, da mesma forma, cumprir carga horária na instituição de ensino que está ofertando o curso. Sendo assim, o horário da prática na empresa deve ser contrário ao horário de estudo, pois o objetivo é que teoria e prática sejam somadas e que a prática não venha, de maneira nenhuma, a atrapalhar a formação teórica do aprendiz.

O que se pretende com o ingresso desses jovens no programa é que eles se tornem pessoas autônomas e conscientes de si e do seu papel na sociedade, uma vez que o programa possibilita que o participante seja agente de seu próprio desenvolvimento tanto pessoal quanto profissional. Quanto a isso, observamos na legislação o incentivo a atividades técnico-metodológicas que respeitem as condições do aprendiz no que concerne à sua formação corpórea etc., além de presumir atividades teórico-práticas nas escolas e empresas conveniadas. Ademais, as atividades devem ser contextualizadas e coerentes com o desenvolvimento dos alunos.

Nesse contexto, nesse contrato de trabalho devem ser assegurados direitos como: férias, décimo terceiro, depósito de FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço) e demais direitos trabalhistas assegurados pela CLT. Destacamos que, sendo um contrato especial de trabalho, existem algumas particularidades, entre as quais citamos o percentual de 2% no depósito de FGTS, além de sugestão de que as férias trabalhistas coincidam com as férias escolares. As diferenças expressas no contrato do aprendiz deixam claro que o principal foco é que o jovem produza conhecimentos necessários para sua vida ao mesmo tempo que também contribui com

o setor produtivo, conforme consta na LDB, em seu artigo 39, que diz: “a educação profissional, integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia, conduz ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva” (BRASIL, 1996, s/p).

Outros fatores importantes a serem destacados são: o contrato deve conter informações sobre as atividades técnico-profissionais e requer acompanhamento tanto da instituição empregadora quanto da instituição escolar. No que diz respeito às instituições que ofertam os cursos de aprendizagem, destacamos que, *a priori*, os programas de aprendizagem eram destinados apenas ao Sistema S, importante instituição de ensino profissional nacional, mas que, no decorrer dos anos e a partir das mudanças ocorridas e, como já previsto na legislação, outros órgãos de educação profissional também são aptos ao atendimento dessa demanda.

De acordo com a legislação, a carga horária máxima a ser cumprida é de 6 horas, salvo exceções previstas em lei; além disso, os jovens percebem salário mínimo-hora pelas atividades desenvolvidas. A duração da participação não pode ser superior a dois anos, sendo que ao final do contrato os jovens podem ser efetivados na empresa na qual prestaram serviço. Observemos que para os aprendizes portadores de deficiência não há idade máxima quando da contratação. É, ainda, interessante citar que, como contrato especial de trabalho, este pode ser rescindido somente de acordo as seguintes situações:

- Quando o aprendiz completar 24 anos;
- A pedido do aprendiz;
- Ao perder o ano letivo por faltas sem justificativas;
- Ao fim do prazo do contrato;
- Caso o aprendiz cometa falta disciplinar grave, vide artigo 428 da CLT;
- Caso o aprendiz tenha o desempenho considerado insuficiente.

Acontecendo a rescisão normal, por fim do contrato, o participante receberá todos os direitos previstos em lei.

3 POLÍTICAS PÚBLICAS E A INSERÇÃO DA PRÁTICA PROFISSIONAL NOS CURSOS OFERTADOS

Os princípios da Educação Profissional Técnica de Nível Médio quanto à prática profissional e à interação desta com a teoria, segundo a CNE 6, são:

VII - interdisciplinaridade assegurada no currículo e na prática pedagógica, visando à superação da fragmentação de conhecimentos e de segmentação da organização curricular;

VIII - contextualização, flexibilidade e interdisciplinaridade na utilização de estratégias educacionais favoráveis à compreensão de significados e à integração entre a teoria e a vivência da prática profissional, envolvendo as múltiplas dimensões do eixo tecnológico do curso e das ciências e tecnologias a ele vinculadas (BRASIL, 2012, p. 2).

Diante do exposto, refletimos sobre a possibilidade da inserção da vivência da prática profissional real nos cursos ofertados pelos institutos, em face do que compreendemos a necessidade da ampliação das ofertas do Programa Jovem Aprendiz no Instituto Federal de Sergipe, notadamente no *campus* no qual procedemos à investigação, bem como a padronização e efetivação do instituto enquanto instituição formadora e ofertante desse programa de acordo com a legislação específica.

Antes de adentrarmos a questão da integração entre teoria e prática e a relação dessa questão com o Programa Jovem Aprendiz, é fundamental que pontuemos sobre a história desse programa no Instituto Federal de Sergipe. O Programa Jovem Aprendiz passou a ser atendido pelo IFS no ano de 2011 e favorece jovens por meio da prática profissional, de acordo com a CLT, em seu artigo 429, alterado pela Lei 10.097/00, e posteriormente regulamentado pelo Decreto 9.579/18. No instituto, o contrato de trabalho estabelecido é de, no máximo, dois anos, e são garantidos direitos trabalhistas, proteção previdenciária e salário mínimo-hora conforme o trabalho cumprido.

Para estar apto para o programa, o jovem deve possuir idade entre 14 e 24 anos, estar devidamente matriculado nos cursos ofertados pelo instituto, além de não possuir vínculo empregatício. Conforme o site ifs.br, os aprendizes trabalham durante três dias na semana e a carga horária de trabalho é de quatro horas. Os dados acima citados fazem menção ao *Campus Estância*. A oferta e a melhoria de vagas nos *campi* do instituto são objeto de nossa pesquisa.

Pensar a integração entre teoria e prática nos cursos ofertados pelos institutos está diretamente relacionado à oferta de vagas no Programa Jovem Aprendiz. Consideramos o Programa enquanto possibilidade de tornar palpável a prática do trabalho como princípio

educativo, além de ser, para muitos estudantes, meio de permanência nos cursos em que estão matriculados, logo é de fundamental importância a discussão da oferta, do número de vagas, da ampliação e do acompanhamento do programa na rede de educação profissional e tecnológica.

A compreensão da importância da integração entre os cursos de educação profissional e o Programa Jovem Aprendiz é uma inovação necessária para a consolidação desses cursos dada a situação altamente mutável e flexível da realidade das escolas de educação profissional e sua articulação com o mundo, globalizado, do trabalho.

Os Institutos Federais trabalham uma pedagogia de superação da fragmentação curricular, além de pensarem estratégias permanentes de integração entre o fazer intelectual e o fazer prático. Dessa maneira, respaldados pela Lei da Aprendizagem (Lei 10.097/00) e pelo Decreto 9.579/18, o atendimento à demanda do programa é imprescindível para se pensar estratégias reais e possíveis de melhoria de seus cursos, bem como do programa em si. Vale destacar que, ao longo dos últimos anos, é crescente a oferta de vagas no Programa Nacional de Aprendizagem nos Institutos Federais de Educação por todo o Brasil.

No Instituto Federal de Sergipe, *Campus Estância*, o Programa é atendido de acordo com os cursos ofertados, e os alunos que irão participar devem ser regularmente matriculados e assíduos em seus respectivos cursos. Conforme a lei, o que se espera é que o discente exerça atividade referente ao que faz em sua prática de sala de aula.

Acreditamos que a articulação entre os cursos ofertados e o Programa propicia ao discente desenvolver sua aprendizagem de maneira mais completa e efetiva. Acreditamos que essa articulação é uma inovação necessária para a melhoria do itinerário formativo seguido pelo instituto. Quanto a isso, Curi e Galvão (2017) explanam que

Inovar também é o caminho para a Educação. Um primeiro debate que precisa se firmar no Brasil é que a educação pública precisa implementar práticas inovadoras para atender as demandas educacionais e cumprir a determinação legal de oferecer educação pública, laica, gratuita e de qualidade a todos os brasileiros, conforme preconiza a Constituição Federal de 1988. Não se trata de transposição acrítica de soluções de mercado para a educação pública e/ou mesmo para a privada. Trata-se de incorporar a prática de produção de inovações como forma de solucionar problemas educacionais e alcançar o atendimento de demandas inatingidas (2017, p. 509).

A possibilidade de inserção/ampliação do Programa Jovem Aprendiz nos currículos do Instituto Federal de Sergipe, observando-se a importância socioeducativa desse programa, apresenta-se de maneira fundamental diante das experiências exitosas que se podem ter. Assim,

os institutos precisam analisar as inúmeras possibilidades que o PJA traz para eles, buscando melhorias e condições reais de integração entre teoria e prática em seus cursos.

O PJA pode ser um meio de superação de problemas comuns na educação pública do país, entre os quais podemos citar a questão da evasão escolar, a falta de políticas públicas de incentivo e permanência, ou a insuficiência delas, dos estudantes na escola. Podemos citar, ainda, um outro ponto, que é a falta de oportunidade de trabalho para os concluintes do ensino médio. Os estudantes que participam do PJA têm suas carteiras de trabalho assinadas e seus direitos trabalhistas garantidos. Sendo assim, adquirem a primeira experiência profissional formal e legalizada. Seu contrato de trabalho respeita sua faixa etária e seus horários escolares e serve como incentivo para que esses jovens concluam seus cursos, seja no Ensino Fundamental, Médio ou Superior.

O Decreto 9.579/18, que substitui a Lei 10.097/00, traz em seus parágrafos as especificações e sugestões acerca da contratação dos jovens para participarem do Programa; entre as sugestões, destacamos algumas que explanam sobre os adolescentes e jovens que poderão participar do programa. Segundo esse Decreto, a contratação dos aprendizes é obrigatória às empresas de acordo com o número de funcionários que elas possuam e o número de aprendizes deve ser de, no mínimo, cinco por cento e, no máximo, quinze por cento da quantidade de funcionários do estabelecimento. Estão isentos da obrigatoriedade microempresas, empresas de pequeno porte e entidades sem fins lucrativos que tenham por objetivo a educação profissional. Conforme pode ser visto, esse Decreto tem como principal intuito fortalecer as instituições que oferecem educação profissional, bem como propiciar a inserção de adolescentes e jovens no mundo do trabalho, ofertando-lhes uma qualificação profissional diferenciada e completa.

Situamos o Programa Jovem Aprendiz no âmbito do fortalecimento da Educação Profissional e Tecnológica, pois é possível observar na tessitura do Decreto 9.579/18 várias possibilidades do atendimento dessa demanda não só pelas empresas do Sistema S, mas, também, pelos Institutos Federais. Observamos que a demanda do programa no Instituto Federal de Sergipe é, majoritariamente, atendida por alunos dos cursos subsequentes, haja vista a carga horária e o currículo deles. No entanto, é interessante destacar que tanto os alunos dos cursos subsequentes quanto os alunos dos cursos integrados podem estar participando desse programa, conforme pode ser visto e interpretado na própria lei:

Art. 22. As aulas teóricas do programa de aprendizagem devem ocorrer em ambiente físico adequado ao ensino, e com meios didáticos apropriados.

§ 1º As aulas teóricas podem se dar sob a forma de aulas demonstrativas no ambiente de trabalho, hipótese em que é vedada qualquer atividade laboral do aprendiz, ressalvado o manuseio de materiais, ferramentas, instrumentos e assemelhados.

§ 2º É vedado ao responsável pelo cumprimento da cota de aprendizagem cometer ao aprendiz atividades diversas daquelas previstas no programa de aprendizagem.

Art. 23. As aulas práticas podem ocorrer na própria entidade qualificada em formação técnico-profissional metódica ou no estabelecimento contratante ou concedente da experiência prática do aprendiz.

§ 1º Na hipótese de o ensino prático ocorrer no estabelecimento, será formalmente designado pela empresa, ouvida a entidade qualificada em formação técnico-profissional metódica, um empregado monitor responsável pela coordenação de exercícios práticos e acompanhamento das atividades do aprendiz no estabelecimento, em conformidade com o programa de aprendizagem.

§ 2º A entidade responsável pelo programa de aprendizagem fornecerá aos empregadores e ao Ministério do Trabalho e Emprego, quando solicitado, cópia do projeto pedagógico do programa.

§ 3º Para os fins da experiência prática segundo a organização curricular do programa de aprendizagem, o empregador que mantenha mais de um estabelecimento em um mesmo município poderá centralizar as atividades práticas correspondentes em um único estabelecimento.

§ 4º Nenhuma atividade prática poderá ser desenvolvida no estabelecimento em desacordo com as disposições do programa de aprendizagem (BRASIL, 2018, s/p).

Chamamos atenção para esse excerto da lei, visto que é frequente a dúvida acerca da integração entre o Programa Jovem Aprendiz e o currículo dos cursos integrados no Instituto Federal de Sergipe. Com a citação em destaque, podemos compreender que existe a possibilidade de os alunos dos cursos integrados, mesmo possuindo uma grade que não possibilita o comparecimento todos os dias nas empresas conveniadas, poderem estar participando do Programa e obtendo experiência profissional. Sendo assim, é necessário que o instituto que atenderá ao aluno e a empresa que o empregará entrem em consenso, nos termos da lei, e acordem como será o comparecimento desde jovem à instituição conveniada. Segundo o Decreto 9.579/18, a carga horária dos partícipes do Programa deve ser de, no máximo, seis horas, com exceção para aqueles aprendizes que já concluíram o Ensino Fundamental, observando-se que, nas oito horas, devem ser computadas as horas referentes ao período em que devem estar em formação teórico-profissional.

No que concerne à contratação dos aprendizes, é perceptível a busca pela inclusão daqueles que, por vezes, estão à margem dos processos de inserção profissional educativa do país; dessa maneira, observemos a disposição da lei sobre a prioridade dos perfis dos estudantes, segundo a qual

VII - jovens e adolescentes matriculados na rede pública de ensino, em nível fundamental, médio regular ou médio técnico, inclusive na modalidade de Educação de Jovens e Adultos; e, (Incluído pelo Decreto nº 8.740, de 2016)
VIII - jovens desempregados e com ensino fundamental ou médio concluído na rede pública. (Incluído pelo Decreto nº 8.740, de 2016) (BRASIL, 2018, s/p).

Como visto acima, estudantes matriculados na rede pública de ensino, em qualquer nível, estão entre aqueles que têm prioridade na ocupação das vagas do Programa Jovem Aprendiz. Percebemos esse fragmento do Decreto enquanto incentivo à contratação dos estudantes das instituições públicas. Observamos que um dos principais objetivos da Lei da Aprendizagem é o fortalecimento do ensino profissionalizante, além de possibilitar a oferta de trabalho a menores de forma regulamentada e acompanhada pelas instituições de ensino.

O contrato do aprendiz deve obedecer às normativas legais. Dito isso, observemos que o parágrafo III do artigo 29 versa sobre a extinção do contrato do aprendiz, caso este tenha número de faltas na escola que o faça perder o ano letivo. Como já dito neste texto, o PJA pode ser compreendido como uma possibilidade de diminuição da evasão escolar, já que é preciso estar matriculado e frequentando a escola durante a participação no Programa (salvo exceção observada em lei). Sendo assim, os jovens que estiverem participando do Programa devem, além de demonstrar empenho nas atividades laborais, mostrar bom desempenho na escola e serem assíduos. Para tanto, faz-se preciso que eles tenham acompanhamento tanto na empresa quanto no curso no qual estão matriculados. Sobre esse acompanhamento, sugerimos um produto educacional nomeado *Guia de Acompanhamento e Gestão: Programa Jovem Aprendiz*, para que sejam, dentro das possibilidades de cada *campi*, padronizadas as ações referentes ao acompanhamento desse programa, destacando-se a importância desse acompanhamento e como a melhoria desse acompanhamento pode render frutos positivos para os alunos e as empresas partícipes do PJA.

4 EPT: CONTEXTO HISTÓRICO

Historicamente, a Educação Profissional aparece como preterida em relação à educação propedêutica e ao ensino básico. Enquanto esta era destinada aos filhos da classe abastada e destinada àqueles que ocupariam altos cargos e receberiam destaque social, aquela era destinada aos filhos da classe menos favorecida e às crianças abandonadas. Dessa forma, é possível notar que a origem da EPT é perpassada pela divisão de classes sociais em nosso país. Vê-se que, desde o seu surgimento, a Educação Profissional tem um viés bastante assistencialista, além de acentuar a dualidade existente entre o ensino propedêutico e o ensino profissional, tendo como consequência a separação entre trabalho manual e trabalho intelectual e o desprestígio social que envolve a Educação Profissional no país.

Segundo Moura (2007), as primeiras instituições a oferecerem uma educação para o trabalho surgem a partir do século XIX, e seu caráter assistencialista e tecnicista é bastante marcado. Essas escolas surgem para envolver a demanda de crianças carentes, “desvalidos da sorte”, e para atender às necessidades do mercado, formando os jovens para as vagas de trabalho que existiam. Além disso, ao retirarem os meninos das ruas, essas instituições estavam atendendo também à necessidade de ordem social, sendo, portanto, úteis em vários sentidos, conforme podemos observar em Moura:

A educação profissional no Brasil tem, portanto, a sua origem dentro de uma perspectiva assistencialista com o objetivo de “amparar os órfãos e os demais desvalidos da sorte”, ou seja, de atender àqueles que não tinham condições sociais satisfatórias, para que não continuassem a praticar ações que estavam na contra-ordem dos bons costumes (2007, p. 6).

Ainda nesse sentido, é necessário pontuar que, além de ter viés assistencialista, a sua expansão aconteceu de forma assistemática e desorganizada até o início do século XX e seu caráter de assistência alcançava os filhos dos menos favorecidos, denominados também de “incapacitados”, sendo na maioria das vezes ofertada (EPT) por instituições religiosas, conforme podemos notar a seguir:

Desde fins do século XIX e até o início do século XX (década de 30), a formação técnico-profissional foi se expandindo desordenada e assistematicamente, fruto de uma concepção que atribuía a esse ensino um caráter eminentemente assistencial. Surgido para institutos para incapacitados e menores abandonados, muitos deles de caráter religioso, esse tipo de formação estendeu-se posteriormente aos filhos das camadas populares,

seguindo uma concepção que ligava sua difusão à necessidade de “moralização” desses setores da sociedade (NEVES; PRONKO, 2008, p. 33).

Somente a partir de meados do século XX a EP perdeu sua atitude assistencialista e deu lugar a um esforço público de organizar a formação profissional, mudança essa que visava à formação de operários para o exercício profissional. No entanto, apesar de ter saído do assistencialismo, não se separou de seu caráter tecnicista, pois tinha como objetivo a formação de operários para atender às necessidades das fábricas.

Em 1906, o ensino profissional passou a ser organizado pelo Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio (MAIC), com o objetivo de consolidar e incentivar a formação profissional daqueles que vendiam sua força de trabalho para os três citados ramos da economia. Observemos que, embora não tenha sido, ainda, a mudança necessária para a melhoria do ensino profissional, sem dúvida essa medida tem sua importância para a EP, já que supera um dos obstáculos encontrados para que a EP se firme como uma educação necessária e pontual.

Em 1942, depois da promulgação de vários decretos e leis orgânicas referentes à educação e da conhecida Reforma Capanema, foi criado o SENAI, posteriormente intitulado Sistema S. Criado por meio de decreto, o SENAI tem como objetivo absorver a demanda do ensino profissionalizante, principalmente voltado para as indústrias, mas isso se dá de maneira oposta ao que esperavam os educadores progressistas, que buscavam uma formação integrada e unitária que capacitasse os homens para a cidadania e não com o caráter tecnicista e utilitário com o qual o Sistema S compactuava. Urge, nesse período, a necessidade de uma formação para além das fábricas, uma educação que formasse o homem de forma omnilateral e que o fizesse compreender e analisar criticamente seu lugar de ser social. Essa necessidade é barrada pelas necessidades do mercado e do capital, que, como sabemos, entendem o trabalho e a formação como meios de expansão e acumulação para si mesmos.

Tomamos aqui o termo “homem omnilateral” segundo a explanação de Justino de Souza Junior encontrada no ambiente virtual do dicionário *Verbetes*, que diz:

O homem omnilateral não se define pelo que sabe, domina, gosta, conhece, muito menos pelo que possui, mas pela sua ampla abertura e disponibilidade para saber, dominar, gostar, conhecer coisas, pessoas, enfim, realidades – as mais diversas. O homem omnilateral é aquele que se define não propriamente pela riqueza do que o preenche, mas pela riqueza do que lhe falta e se torna absolutamente indispensável e imprescindível para o seu ser: a realidade exterior, natural e social criada pelo trabalho humano como manifestação humana livre (Disponível em: <<http://www.sites.epsjv.fiocruz.br/dicionario/verbetes/omn.html>>. Acesso em: 02 fev. 2020).

Assim, o trabalho precisa ser entendido, com certa urgência, como princípio formador do homem e como meio pelo qual ele interage com a natureza e a modifica e, nesse processo, modifica a si mesmo.

4.1 Jovem Aprendiz e trabalho como princípio educativo: possibilidades e discussões

Frigotto (2001) traz uma esclarecedora explanação sobre a necessidade de compreensão da Educação Profissional, de caráter integral, enquanto única possibilidade de formação ontológica do homem. Segundo ele, contrariamente aos animais, os homens projetam sua existência enquanto criam e recriam seus meios de vida agindo sobre a natureza de forma consciente, é nesse sentido que o trabalho é visto e entendido como princípio educativo. Esse é o princípio pelo qual o homem irá aprender, desde sua infância, a produzir sua própria vida, a ser criativo e responsável, percebendo o valor do trabalho e o reconhecendo enquanto forma possível de socialização e crescimento social. Ao longo do processo de modificação do sistema feudal para o sistema capitalista, esse princípio se perdeu e deu lugar ao trabalho como exploração de mão de obra e diminuição da qualidade de vida dos indivíduos; na verdade, para o sistema do capital, a individualização de cada ser humano é desnecessária frente à importância atribuída às necessidades de expansão do capital. Contudo, Frigotto diz que

A segunda dimensão da centralidade – o princípio educativo de trabalho – deriva desta sua especificidade de ser uma atividade necessária desde sempre a todos os seres humanos. O homem constitui-se, por ser elemento criador da vida humana, num dever e num direito. Um dever a ser apreendido, socializado desde a infância. Trata-se de apreender que o ser humano enquanto ser da natureza necessita elaborar a natureza, transformá-la, pelo trabalho, em bens úteis para satisfazer as suas necessidades vitais, biológicas, sociais, culturais, etc. Mas é também um direito, pois é por ele que pode recriar, reproduzir permanentemente sua existência humana. Impedir o direito ao trabalho, mesmo em sua forma de trabalho alienado sob o capitalismo, é uma violência contra a possibilidade de produzir minimamente a própria vida e, quando é o caso, dos filhos (2001, p. 74).

Nesse viés, é necessário pontuar que as categorias trabalho e educação são conceitos que são observados, na maioria das vezes, separadamente. A ideia de trabalho como princípio formador do homem não tem lugar na sociedade regida pelo sistema do capital. O sistema capitalista, como citado, é altamente alienante e está intrinsecamente ligado a tudo o que somos e possuímos dentro do contexto social; sendo assim, não só as grandes empresas e fábricas são

regidas pelo capital, mas toda a sociedade, inclusive as instituições responsáveis pela formação escolar do homem. Dito isso, é indispensável observar como estão sendo ofertados os cursos do Programa Jovem Aprendiz, tendo como ponto de partida o ensino para a vida e não somente para o mercado. A educação, de maneira geral, precisa ser observada, e a busca por sua melhoria deve ser estendida a todos.

Em consenso com o que pontuou Frigotto (2001), em seu texto Ciavatta (2008) trata da relação entre trabalho e educação e assevera que ambos têm caráter formativo e função humanizadora, assim temos o trabalho como produtor dos meios de vida e formador do ser. Logo, é a partir da interação do homem com a natureza que ele produz meios de conhecimento e sobrevivência.

No entanto, o trabalho, na sociedade capitalista, toma outros rumos e sentidos, passando a ser necessária a sua subsunção ao capital, além da geração de mais-valia. Tendo como principais características a apropriação dos meios de produção e a exploração do tempo excedente do trabalho do trabalhador, o sistema capitalista desumaniza aqueles que são a sua força de trabalho. Se nos referirmos ao trabalho no contexto social do capitalismo, o trabalho poderá ser interpretado como o meio pelo qual os trabalhadores serão explorados e alienados segundo as necessidades do capital, gerando fadiga, sofrimento, pena e pobreza, conforme podemos notar na seguinte citação de Ciavatta:

Historicamente, o ser humano utiliza-se dos bens da natureza por intermédio do trabalho e, assim, produz os meios de sobrevivência e conhecimento. Posto a serviço de outrem, no entanto, nas formas sociais de dominação, o trabalho ganha um sentido ambivalente. É o caso das sociedades antigas e suas formas servis e escravistas, e das sociedades modernas e contemporâneas capitalistas. As palavras *trabalho*, *labor* (inglês), *travail* (francês), *arbeit* (alemão), *ponos* (grego) têm a mesma raiz de fadiga, pena, sofrimento, pobreza que ganham materialidades nas fábricas-conventos, fábricas-prisões, fábricas sem salário (Disponível em: <<http://www.sites.epsjv.fiocruz.br/dicionario/verbetes/trapriedu.html>>. Acesso em: 02 fev. 2020).

Sendo assim, faz-se necessário retomar as discussões acerca do trabalho como princípio educativo e as implicações sociais pelas quais passam os jovens nesse processo de formação para e no trabalho dentro do sistema societal do capital. Sabemos que a Educação Profissional não conseguiu, ainda, romper de forma total com o dualismo pelo qual é historicamente marcada, contudo acreditamos que existem possibilidades de superação dessa dicotomia, entre as quais elencamos o Programa Jovem Aprendiz como uma possibilidade coerente e palpável para tanto.

A educação deve ser entendida em seu contexto mais amplo que extrapola os limites dos muros escolares e se dá nos processos diários de interação social e produtiva. Desse modo, questionamos: como atrair a atenção dos jovens para a Educação Profissional, sendo esta tão estigmatizada socialmente? E como formá-los de forma omnilateral, tornando-os seres plenos de sua cidadania e seus direitos e, da mesma forma, conscientes dos processos do mercado de trabalho?

Segundo Kuenzer e Grabowski:

O estabelecimento de um projeto de educação profissional para os que vivem do trabalho a ser gerido de forma democrática implica em tomar como ponto de partida a sua concepção e as suas finalidades no âmbito da Educação Nacional, com base no pressuposto que o Estado no modo de produção capitalista sintetiza as contradições entre capital e trabalho e neste sentido constitui-se, ao mesmo tempo, em espaço de possibilidades e de impossibilidades. Em decorrência deste pressuposto, há que partir das condições materiais e superestruturais que estão dadas como espaço de construção para os avanços possíveis, tomando-se como utopia um outro tipo de sociedade (2006, p. 298).

A questão da educação unitária, unindo o ensino propedêutico e o profissional, precisa ser posta em prática. Com base nos autores acima, entendemos que a criação de uma sociedade ideal, onde todos têm seus direitos concedidos, ainda não é uma possibilidade real, tendo em vista o contexto e o modo de produção do capital, porém é necessário observar aquilo que pode ser feito para dar os primeiros passos em direção às mudanças sociais almejadas. Exemplo disso é sair do plano das ideias e adentrar o espaço prático, assim como compreender o processo educacional como primordial nessa mudança estrutural.

Entendemos que a articulação entre a Educação propedêutica e o Ensino Médio, representando a educação básica, é de suma importância para que seja assegurada uma formação que capacite os cidadãos para o exercício pleno da cidadania e para serem atuantes também no setor produtivo, visto que é impossível desprezar as relações intrínsecas ao trabalho e à educação socialmente estabelecidas. Quanto a isso, Kuenzer e Grabowski explanam que:

assim é que a educação profissional, no que estabelece a LDB (BRASIL, 1996d), por se desenvolver de forma sistematizada em instituições próprias ao ensino, inscreve-se no âmbito da educação escolar articula-se à formação básica que deve ser comum a todos os brasileiros e brasileiras, de modo a assegurar-lhes a formação indispensável ao exercício da cidadania, à efetiva participação nos processos sociais e produtivos e à continuidade dos estudos, na perspectiva da educação ao longo da vida (2006, p. 298).

A educação profissional deve estar articulada à formação de todos os discentes, por isso se recomenda que esteja articulada às práticas escolares; no entanto, ainda não é totalmente possível essa articulação nos espaços escolares devido a forças externas, como Banco Mundial, seus financiamentos e afins, que pressionam a educação rumo a um tecnicismo velado e propostas alienantes e contraditórias de avanços educacionais. Nesse sentido, os já citados autores postulam que a educação profissional dever ser/estar:

Integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia, sua finalidade é conduzir ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva (Art. 39) (BRASIL, 1996b), devendo ser desenvolvida em articulação com o ensino regular ou por diferentes estratégias de educação continuada, em instituições especializadas ou no ambiente de trabalho (Art. 40) (BRASIL, 1996c) (KUENZER; GRABOWSKI, 2006, p. 298).

Dessa forma, se pensarmos que o Programa Jovem Aprendiz promove cursos que oferecem uma articulação entre teoria e prática, sendo denominados de técnicos-profissionais e respaldados pela LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação – surge como uma das possibilidades de implantar na educação conceitos e práticas de ensino pautados nas teorias que explanam sobre o trabalho como princípio educativo. Além disso, segundo o Decreto 9.579/18, a seleção para o programa “deverá priorizar a inclusão de jovens e adolescentes em situação de vulnerabilidade ou risco social [...]” (BRASIL, 2005, s/p), marcando seu viés de política pública e inclusão em relação à educação.

As relações sociais de produção precisam ser revistas para que se compreenda o cerne da questão. Superar essa realidade pressupõe extrapolar os muros escolares e lidar com as questões socioprodutivas que perpassam a sociedade. Entre essas questões está a subqualificação a que estão destinados os trabalhadores resultantes dos processos de controle sociais do saber, entre os quais destacamos os jovens que buscam seu primeiro emprego. As escolas são regidas pela divisão das classes sociais, desse modo, superar essa dualidade requer dilatar os espaços pedagógicos das instituições de ensino propedêutico e rearticulá-los com vistas aos processos produtivos. É a diferença de classes que define tanto o acesso quanto a permanência dos jovens na escola. Assim, acreditamos no Programa Jovem Aprendiz como meio pelo qual o jovem terá garantida a permanência na escola, como também uma possibilidade legal de sua inserção no mercado, além de formá-lo a partir do reconhecimento das dimensões sociais.

O PJA é de grande importância quanto à inserção dos jovens no mercado de trabalho formal, apresentando-se como um importante passo para a formação profissional atrelada à

inserção no mercado, sendo assegurada também a proteção dos menores. A formação teórico-prática deve acontecer em instituição licenciada para tal em conjunto com as empresas conveniadas. Como instituições conveniadas temos:

Seção II

Das Entidades Qualificadas em Formação Técnico-Profissional Metódica

Art. 8º Consideram-se entidades qualificadas em formação técnico-profissional metódica:

I - os Serviços Nacionais de Aprendizagem, assim identificados:

- a) Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI;
- b) Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - SENAC;
- c) Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - SENAR;
- d) Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte - SENAT; e
- e) Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo - SESCOOP;

II - as escolas técnicas de educação, inclusive as agrotécnicas; e

III - as entidades sem fins lucrativos, que tenham por objetivos a assistência ao adolescente e à educação profissional, registradas no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (BRASIL, 2005, s/p).

Nesse contexto, Andrade, Santos e Jesus (2016) explanam sobre a importância do Programa Jovem Aprendiz para os trabalhadores, já que, desde 1998, há emenda constitucional (Emenda nº 20/1998 do art. 7º, inciso XXXIII) que proíbe as formas de trabalho noturno, perigoso ou insalubre aos jovens menores de 18 anos, além de proibir também qualquer tipo de trabalho a menores de 16 anos, com exceção, apenas, para o trabalho como aprendiz. Essa medida surge como política pública de incentivo à contratação de jovens pelo mercado de trabalho. Segundo os autores:

O Curso de Aprendizagem mostra-se de suma importância para o desenvolvimento intelectual dos jovens já que traz vários benefícios, a exemplo de ensiná-lo a ter um comportamento adequado no trabalho, propiciar visualizações das competências básicas em cada área de serviço, além de instigar o jovem aprendiz a buscar fazer sempre o melhor para poder melhor se desenvolver profissionalmente (ANDRADE; SANTOS; JESUS, 2016, p. 4).

Diante disso, percebemos que, como citado, o programa não tem como objetivo apenas a inserção do jovem no mercado, o que não é pouco, mas, antes disso, procura inseri-lo no mundo trabalhista a partir do incentivo intelectual e profissional que o compõe. O jovem é encaminhado e inserido no mercado a partir de suas vivências técnico-acadêmicas adquiridas no cotidiano escolar. Sendo assim, a dualidade entre prática e teoria pode ser trabalhada à medida que os jovens trabalham e estudam concomitantemente. Para tanto, é necessário extrapolar os muros escolares para conseguir novos e diferentes resultados diante da dualidade

estrutural encontrada, visto que o Ensino Médio, tal como o conhecemos, é pautado nessa dualidade e separação entre as classes. Segundo Kuenzer,

É ingenuidade, portanto, pensar ser possível, nas atuais condições, a superação da dualidade estrutural a partir da escola, posto que ela tem suas raízes na divisão social e técnica do trabalho. É necessário, contudo, iniciar o processo que culminará nessa superação, para o quê um passo importante será assegurar a todos o acesso a um saber que até agora foi apropriado por uma minoria, a qual, não por coincidência, não é a classe trabalhadora (1989, p. 23).

Em Kuenzer (1989), vemos que o próprio capitalismo, em sua fase atual, pressupõe um trabalhador que exerça funções distintas dentro de seu ambiente de trabalho, no entanto o sistema capitalista não incentiva a formação completa, mas uma formação que abranja inúmeras atividades sem, contudo, refletir sobre elas e, mais importante, sem que o cidadão exerça criticamente seu papel social. O antigo princípio humanista e dual que separa o academicismo puro e o profissionalismo estreito precisa ser substituído por um ensino completo, omnilateral e unitário.

Dessa maneira, os institutos federais vêm demonstrando interesse em atender à demanda dessas vagas, principalmente considerando o fato de estar inserindo esse aluno no chão de fábrica e enriquecendo a formação dele, além de estar colocando no mercado um jovem/adolescente consciente de si e de seu papel social.

Em consonância com o exposto, Gonçalves (2014) discute questões relacionadas à inserção dos jovens em seu primeiro emprego em caráter formal, respeitando o seu desenvolvimento e garantindo a permanência de alguns desses jovens nas escolas de nível fundamental e médio. A autora observa como o PJA tem implicações na vida dos jovens de baixa renda que precisam, na maioria das vezes, evadir-se da escola, às vezes de forma irreversível, para garantir o próprio sustento e de sua família. Com a obrigatoriedade da contratação dos aprendizes e da inspeção contínua dos órgãos responsáveis, há o aumento desse tipo de contrato de trabalho e, como consequência, o aumento das oportunidades para os jovens empreenderem seu primeiro emprego como aprendizes e, quem sabe, serem aproveitados para o quadro efetivo da empresa, se maiores de 18 anos, além de garantir a permanência deles nas escolas, já que esse é um pré-requisito para a contratação.

Outro ponto bastante relevante, nesse texto, é a colocação das redes federais e estaduais de ensino profissional e tecnológico como importantes parceiras para a formação do aprendiz. Ao considerar a oferta do PJA no Sistema S, Gonçalves (2014) observa que nem sempre o Sistema S atende toda a quantidade necessária de matrículas nos cursos, haja vista que, apesar

de ser uma grande rede de educação, o Sistema S não está presente em todos os municípios do país, sendo preciso inserir a rede federal de ensino profissional como receptora das matrículas do PJA. Notemos também que essa autora explana sobre o binômio trabalho e educação acreditando ser o PJA uma possibilidade de formação plena para a cidadania, o que corrobora nosso pensamento acerca do programa.

Ainda no que concerne às implicações desse programa na vida dos jovens, Alberto e Pessoa (2015) trazem reflexões referentes ao PJA como uma política pública efetiva para a formação profissional dos adolescentes e jovens e à contradição entre o mercado de trabalho e a formação profissional. As autoras analisam em que proporção a vivência dos atores sociais inseridos no PJA tem reflexo em suas vidas, em suas realidades sociais.

Seguindo esse viés, Frota e Lima (2015) fazem uma interessante análise acerca das disposições pedagógicas do PJA. Os autores abordam o Programa Jovem Aprendiz enquanto política para formação de trabalhadores e a necessidade do mercado de profissionais qualificados na contramão da formação plena. Partindo do contexto histórico e político do país, a discussão é norteada a partir do Programa Primeiro Passo na modalidade PJA, no Estado do Ceará, tendo como um de seus objetivos verificar de que forma a necessidade de mão de obra especializada irá influenciar esse programa e as consequências dessa questão na formação dos atores sociais envolvidos.

5 METODOLOGIA

Nosso percurso metodológico percorre os seguintes passos:

Levantamento bibliográfico
Abordagem quantiqualitativa
Questionários semiestruturados
Produto Educacional – <i>Guia de Acompanhamento e Gestão: Programa Jovem Aprendiz</i>
Aplicação de questionários a servidores responsáveis pelo NAE

Sendo assim, esta pesquisa propõe uma abordagem quantiqualitativa. Nesse sentido, para alcançar os objetivos almejados, partimos da revisão bibliográfica para embasar a discussão sobre o Programa Jovem Aprendiz, observando seu surgimento, suas características, além de mudanças no decorrer do tempo. Nessa etapa, tivemos o primeiro contato com teóricos que explanam sobre formação omnilateral, trabalho como princípio educativo e questões concernentes ao mundo do trabalho e à realidade neoliberal em que estamos inseridos. Além disso, acessamos também acervos bibliográficos disponíveis em sítios e bibliotecas eletrônicas, com a intenção de obter informações mais contemporâneas acerca dos dados pesquisados. Conforme encontramos em Yin (2001, p. 28), “determinar as questões mais significantes para um determinado tópico e obter alguma precisão na formulação dessas questões exige muita preparação. Uma maneira é revisar a literatura já escrita sobre aquele tópico (Cooper, 1984)”. Nesse viés, acessamos também documento do Conselho Nacional de Educação (CNE nº 6/2012), bem como os documentos criadores dos Institutos Federais de Educação.

O lócus desta pesquisa é o Instituto Federal de Sergipe, *Campus* Estância-SE e, como já mencionado, é gerido pela Profa. Dra. Sônia Melo, minha orientadora, e o critério de escolha está relacionado às facilidades para executar a pesquisa, ou seja, a conveniência.

Tendo como base a análise documental sobre a demanda do PJA no Instituto Federal de Sergipe, *Campus* Estância, analisamos o perfil dos jovens contemplados com o programa e as implicações e mudanças que porventura ocorreram em suas vidas acadêmicas e pessoais. Essa etapa teve início com a delimitação de nosso objeto de pesquisa e do *campus* escolhido. Segundo dados documentais fornecidos pelos responsáveis pelo Programa no *Campus* Estância, o número de jovens participantes é de 50 (cinquenta) alunos, sendo que 21 (vinte e um) são do curso Técnico em Eletrotécnica, 7 (sete) do curso Técnico em Recursos Pesqueiros e 22 (vinte

e dois) do curso Técnico em Edificações. Pelo que consta, todos os alunos são maiores de idade, perfil comum por serem cursos subsequentes. É importante informar que esse quantitativo de participantes foi informado no início da pesquisa, sendo que parte desse montante não respondeu ao questionário por não mais participar do programa no momento da aplicação. Os números, portanto, variam de ano para ano.

As empresas que têm convênio com o IFS, nesse *campus*, são AMBEV, SULGIPE, Indústria e Comércio Barcha Eireli, Bombom e a empresa Nossa Senhora da Conceição. Observamos que todos os alunos participantes do curso Técnico em Recursos Pesqueiros trabalhavam na empresa Bombom. Salientamos que os alunos do curso Técnico de Recursos Pesqueiros não participaram desta pesquisa, pois, devido ao cronograma, eles já não o cursavam mais no momento em que foram aplicados os questionários. Sendo assim, conforme já citado, o número de discentes que responderam ao questionário é diferente do número inicial encontrado. Os questionários foram enviados para 24 (vinte e quatro) jovens, sendo que 20 responderam. Essa considerável diferença se dá, também, diante da dificuldade enfrentada na busca por dados precisos. É preciso pontuar que, durante a execução do nosso cronograma, entramos em contato com 3 (três) servidores que, em cada período distinto, estavam à frente dessa pasta, no entanto nem sempre foi possível conseguir informações precisas, o que afetou sobremaneira o andamento de nossa pesquisa, ao tempo em que nos indicava a real necessidade da tabulação desses dados em fluxograma para que a gestão desse programa pudesse acontecer de forma íntegra, mesmo diante das dificuldades encontradas com mudanças de função, características do funcionalismo público.

A princípio, e para ter alguma noção dos dados necessários à pesquisa, visitamos a PROPEX – Pró-Reitoria de Pesquisa e Extensão –, no prédio da reitoria, em Aracaju. Esse setor é o principal responsável por firmar convênios com as empresas que demonstram interesse em firmá-lo. Nessas visitas à PROPEX, fomos informados de que o convênio é firmado entre as empresas e o Instituto Federal de Sergipe como um todo, e não com os *campi*, sendo assim, toda a documentação necessária para o convênio, bem como para a contratação dos aprendizes, deve ser direcionada para esse setor, e os coordenadores dos NAE, que são os responsáveis pelo programa em cada *campus*, devem se reportar à PROPEX quando do início ou final dos contratos. Essa medida, acreditamos, é para que haja controle do número dos envolvidos no projeto, no entanto isso nos pareceu dificultar o andamento das atividades relacionadas à contratação e ao firmamento de contratos.

À medida que conseguimos algumas informações, visitamos, também, o *Campus* Estância e contatamos os responsáveis pelo programa nesse *campus*. Posteriormente ao contato

com os setores responsáveis e com as informações adquiridas nesse contato, elaboramos questionário para ser aplicado aos jovens partícipes do projeto.

Esse trabalho, conforme já especificado, ateu-se à investigação do Programa Jovem Aprendiz no Instituto Federal de Sergipe, no que concerne à aplicação dos questionários aos discentes partícipes do programa, mais especificamente no *Campus* Estância, partindo da inserção desses jovens no mercado de trabalho, assim como partindo também das questões socioeconômicas envolvidas no programa. Porém, os questionários encaminhados aos servidores responsáveis pelo NAE foram encaminhados, via googleforms, aos servidores do *Campus* Estância e também encaminhamos à PROPEX, pois em Aracaju é este setor que gerencia o programa.

Nossa pesquisa se qualifica como quantitativa devido ao fato de o tratamento dos dados obtidos com a pesquisa ter como base inferências no que diz respeito às perguntas abertas tanto dos questionários destinados aos alunos quanto dos destinados aos servidores e concernentes à aplicação do produto. Além disso, há as perguntas fechadas, encontradas em ambos os questionários, o que se configura como dados quantitativos, dando-nos a possibilidade de observar questões numérico-estatísticas em ambos.

Acreditamos que nosso objeto de pesquisa está relacionado de forma direta à abordagem qualitativa, haja vista os questionamentos direcionados aos participantes do programa, bem como os questionários de avaliação do produto. Nestes, apresentamos, além das questões referentes a quantitativo de tempo, idade e afins, perguntas que abordam a vivência dos participantes tanto durante a participação no projeto quanto o caminho percorrido por eles antes do ingresso no IFS e as mudanças que perceberam após esse processo. Como já mencionado, os dados foram coletados via formulários enviados pelo googleforms. A escolha desse método se deu com o intuito de não gerar constrangimentos ou expectativas no momento de responder às questões. Acreditamos que assim os respondentes se sentiriam mais livres para responder às perguntas conforme a realidade de sua vivência.

Sendo assim, escolhemos como método de pesquisa o estudo de caso, visto que este representa uma investigação empírica e compreende um método abrangente. Segundo Ludke e André (1986), o estudo de caso como estratégia de pesquisa é o estudo de um caso que pode ser simples e específico, mas que pode ser também complexo e abstrato. Deve, no entanto, ser bem delimitado.

O estudo de caso é um método de pesquisa frequentemente usado nas pesquisas em ciências sociais, em áreas mais ligadas às práticas, o que inclui a educação, sendo um método bastante utilizado em teses e dissertações. Escolhemos esse método porque nosso objeto, o

Programa Jovem Aprendiz, deve ser bem contextualizado no tempo e no lugar e temos como objetivo focalizar a realidade dos atores sociais envolvidos no programa. Segundo Yin (2001, p. 21), “como esforço de pesquisa, o estudo de caso contribui, de forma inigualável, para a compreensão que temos dos fenômenos individuais, organizacionais, sociais e políticos”. Observa-se que nos estudos de caso a forma de questão da pesquisa é: como e por que. É uma pesquisa que não exige controle sobre os eventos comportamentais e que tem como foco os acontecimentos contemporâneos inseridos em algum contexto da vida real.

Procuramos delimitar bem as questões norteadoras desta pesquisa, pois, segundo Yin (2001, p. 26), “definir as questões da pesquisa é provavelmente o passo mais importante a ser considerado em um estudo de pesquisa”. Escolhemos como método de pesquisa o estudo de caso, uma vez que acreditamos que é o método que mais se aproxima de nossa estratégia de pesquisa, “em outras palavras, você poderia utilizar o método de estudo de caso quando deliberadamente quisesse lidar com condições contextuais – acreditando que elas poderiam ser altamente pertinentes ao seu fenômeno de estudo” (YIN, 2001, p. 34).

É necessário pontuar que, como dito acima, aplicamos questionários tanto aos jovens atendidos pelo programa quanto aos responsáveis pelo programa. A princípio, aplicaríamos questionário apenas ao coordenador do *campus* em questão, mas, em consequência do caminho a que nos levou a pesquisa, decidimos ampliar o público de coordenadores. Essa decisão foi tomada diante da construção de nosso produto educacional. O Programa de Aprendizagem no instituto segue os mesmos passos em todos os *campi*, e, dessa forma, nosso produto educacional pode ser viável para qualquer um dos *campi* que ofereça vagas, já que se trata de fluxogramas e instruções para melhor gerir o projeto.

Dito isso, afirmamos que os questionários foram enumerados para dirimir possível quebra de sigilo e aplicados pelo googleforms, com o intuito de diminuir os riscos de constrangimentos para os envolvidos na pesquisa. De acordo com Yin,

o estudo de caso é a estratégia escolhida ao se examinarem acontecimentos contemporâneos, mas quando não se podem manipular comportamentos relevantes. O estudo de caso conta com muitas das técnicas utilizadas pelas pesquisas históricas, mas acrescenta duas fontes de evidências que usualmente não são incluídas no repertório de um historiador: observação direta e série sistemática de entrevistas (2001, p. 27).

Dessa maneira, os jovens e coordenadores do programa foram contatados anteriormente à aplicação dos questionários e informados em relação à pesquisa. Puderam participar conforme a sua própria vontade e estão assegurados por meio do TCLE e afins.

Esta pesquisa se faz importante porque visa a contribuir positivamente com a gestão do programa, trazendo informações importantes para conhecimento dos gestores e coordenadores, além de possibilitar, na medida do possível, a padronização das ações e atividades de acompanhamento. Partimos da realidade do *Campus* Estância, objeto deste estudo, no entanto o Guia apresentado contém informações gerais sobre como se pode fazer um melhor acompanhamento dos estudantes envolvidos no projeto. Salientamos que temos como referência para a construção desse material a Lei da Aprendizagem e todos os pormenores que a envolvem, trazendo como uma de nossas prioridades o entendimento dessa lei e sua prática no instituto. Nosso objetivo com a elaboração desse Guia é que o funcionamento das atividades do programa seja cumprido de forma que independa das mudanças de função dos servidores do *campus*. Os fluxogramas apresentados são pautados nos documentos norteadores da Gestão por Processos utilizados no Instituto Federal de Sergipe.

Como dito acima, os fluxogramas elaborados têm como um de seus objetivos padronizar as ações do Programa, além de conseguir aumentar sua oferta e, assim, atender a mais alunos, além de acreditarmos que se faz necessária uma organização prévia das atividades para o melhor andamento dessa oferta.

5.1 Percurso metodológico

Nosso percurso metodológico teve início a partir dos primeiros encontros definidos para conhecimento do *corpus* desta pesquisa e da reconhecida necessidade de que houvesse um padrão de fluxograma para o melhor desenvolvimento da gestão do Programa Jovem Aprendiz no Instituto Federal de Sergipe, com foco no *Campus* Estância. Primeiramente, visitamos a PROPEX para conhecimento das ações existentes em relação ao PJA, já que esse é o setor responsável por firmar convênios e contratos entre o Instituto, os alunos e as empresas. Nessas visitas, percebemos a ausência de processos específicos e/ou diagramados em fluxogramas para que se faça monitoramento, gestão e organização das contratações e dos convênios. As informações obtidas nesse primeiro encontro foram passadas por meio da apresentação do site do IFS, no qual constam informações sobre o Programa Jovem Aprendiz, informações essas que não satisfazem à pesquisa, no entanto nortearam seu início.

Segundo o site ifs.edu.br, o Instituto Federal de Sergipe passou a ofertar vagas para o Programa Jovem Aprendiz a partir do ano de 2011 pela PROPEX; segundo essa fonte, o aluno, para que possa participar, deve estar preferencialmente cursando o primeiro ou o segundo

período do curso técnico/médio, o que não o impossibilita de iniciar em outros períodos, respeitando-se o término da participação no programa e no curso técnico.

Nesse canal, existe um passo a passo dos procedimentos indispensáveis para que as empresas que têm interesse entrem em contato com a PROPEX e realizem convênio com o Instituto. São apresentados três passos, notoriamente digitais, que devem ser seguidos para que se firme o contrato. Quanto a isso, acreditamos que é preciso que haja um contato mais real com as empresas que querem efetuar convênio com o Instituto, com o intuito de sanar possíveis dúvidas que possam existir, além de explicitar a importância do cumprimento dos requisitos legais dos contratos dos estudantes. Esse contato pode ser feito pelo coordenador do programa, como sugerimos no nosso Guia.

O site do IFS é um dos meios oferecidos para esse primeiro contato empresa/instituto, e, como tal, pensamos que, devido à importância que tem, apresenta informações pouco precisas no que concerne ao funcionamento do programa. Dessa forma, a indigência do fluxograma se expressa de maneira que os servidores responsáveis pela gestão possam ter como base esse fluxograma e ofertar um acompanhamento constante do desenvolvimento das atividades relacionadas ao PJA. Além dos motivos acima mencionados, elencamos, também, a falta de conhecimento dentro do instituto de quais *campi* ofertam o programa. Essa informação não foi encontrada no site do IFS.

5.2 Análise dos dados obtidos

5.2.1 Perfil dos jovens aprendizes do Campus Estância

Como citado acima, foram aplicados questionários aos jovens partícipes do programa com o objetivo de traçar o perfil dos alunos atendidos, bem como para que pudéssemos visualizar questões concernentes às adequações necessárias para a ampliação, o acompanhamento e uma possível melhoria do desenvolvimento do programa no *campus* especificado.

Com o escopo de melhor analisar os dados obtidos, dividimos os questionários em duas temáticas, sendo a primeira referente ao perfil socioeducacional dos respondentes e a segunda parte referente à vivência deles no programa.

Os questionários foram endereçados aos e-mails dos alunos via googleforms, para que gerássemos o mínimo de impacto nas respostas dos participantes, assim como para não gerarmos constrangimento. Foram enviados 24 (vinte e quatro) questionários, dos quais

obtivemos respostas de 20 (vinte) alunos. É preciso pontuar que o número de apenas vinte e quatro questionários endereçados não quer dizer que nesse momento existia somente esse percentual de participantes do programa, mas que, devido a algumas mudanças decorrentes do funcionamento do *campus*, como mudança de setor dos efetivos dele e falta de fluxograma para o servidor que viesse a assumir o setor, houve a falta de algumas informações referentes a esses alunos, tais como número de telefone celular e e-mail, o que dificultou sobremaneira o andamento das atividades desta pesquisa.

Devido ao cronograma de execução das atividades, as análises foram feitas tendo como base os vinte questionários em que obtivemos êxito nas respostas. Como se pode ver no Apêndice B deste texto, o questionário possui onze perguntas que vão desde a idade e o sexo dos estudantes até as considerações que eles têm acerca dos impactos do programa em sua formação profissional/pessoal.

Segundo a pesquisa, o programa, no período em foram aplicados os questionários, contava com onze jovens com dezenove anos, totalizando 51% dos pesquisados; um com vinte e um anos e quatro com vinte e dois anos, totalizando 20% dos pesquisados; dois com vinte e três anos, sendo 10% dos pesquisados, e apenas um com vinte e quatro anos, sendo 5% dos pesquisados, destacando-se que este jovem é um dos que não mais participavam do Programa Jovem Aprendiz. As informações constam no quadro a seguir.

Quadro 1 – Faixa etária.

IDADE	FREQUÊNCIA	PERCENTUAL
19 anos	11	55%
20 anos	01	5%
21 anos	01	5%
22 anos	04	20%
23 anos	02	10%
24 anos	01	5%
TOTAL	20	100%

Fonte: Elaborado pela autora (2020).

Em relação ao sexo, a porcentagem é de 50% para pessoas do sexo feminino e 50% para pessoas do sexo masculino, o que é um dado que nos chamou atenção, pois, em meu percurso profissional em instituição privada de Ensino Profissional, a porcentagem de mulheres

matriculadas no programa de aprendizagem geralmente não chega a esse percentual. Vejamos o quadro trazido na sequência.

Quadro 2 – Sexo.

SEXO	FREQUÊNCIA	PERCENTUAL
Masculino	10	50%
Feminino	10	50%
Total	20	100,00

Fonte: Elaborado pela autora (2020).

Dos vinte participantes, quinze residem na cidade de Estância, sede desse *campus*, dois residem em Santa Luzia do Itanhy, um em Lagarto, um em Arauá e um em Tomar do Geru. Percebemos, assim, a predominância de jovens do próprio município na participação nas atividades do PJA. Atribuímos esse fato à necessidade de cumprimento de carga horária tanto no curso em que estão matriculados quanto nas empresas em que prestam serviços. O quadro a seguir mostra essa distribuição:

Quadro 3 – Cidade onde residem.

CIDADE	FREQUÊNCIA	PERCENTUAL
Estância	15	75%
Santa Luzia do Itanhy	02	10%
Lagarto	01	5%
Arauá	01	5%
Tomar do Geru	01	5%
TOTAL	20	100%

Fonte: Elaborado pela autora (2020).

Vale destacar que nosso *corpus* é composto por estudantes dos cursos subsequentes, que, nesse *campus*, acontecem no período noturno, o que dificultaria para estudantes de outros municípios desempenharem suas funções nas empresas, funções essas que acontecem em período contrário ao do horário de estudo. Salientamos que, apesar das possíveis dificuldades em relação ao trajeto e/ou à estadia na cidade em período contrário ao do curso, os estudantes das cidades circunvizinhas ao *campus* não deixam de participar dos cursos no IFS e também não deixam de participar do Programa Jovem Aprendiz. Esse fato é observado como positivo,

já que o salário mensal/hora recebido pelos jovens pode contribuir de forma positiva para sua permanência no curso, bem como para o custeio de suas necessidades básicas enquanto estudantes.

Nesse sentido, ressaltamos, também, que o *corpus* deste estudo é composto somente por estudantes acima de dezoito anos, mais especificamente por estudantes a partir de dezenove anos, o que observamos ser uma característica marcante dos cursos subsequentes no período em que foi realizada a pesquisa. Os cursos aos quais nos referimos são os seguintes: Curso Técnico em Eletrotécnica, Curso Técnico em Edificações e Curso Técnico em Recursos Pesqueiros, sendo que deste último não obtivemos participação no PJA nesse momento da pesquisa. Dessa maneira, notamos que 65% dos estudantes que responderam ao questionário são do Curso de Eletrotécnica e 35% do Curso de Edificações, conforme quadro apresentado na sequência:

Quadro 4 – Curso.

CURSO	FREQUÊNCIA	PERCENTUAL
Curso Técnico em Eletrotécnica	13	65%
Curso Técnico em Edificações	07	35%
Curso Técnico em Recursos Pesqueiros	0	0%
TOTAL	20	100%

Fonte: Elaborado pela autora (2020).

Buscando conhecer um pouco do perfil pessoal dos partícipes desta pesquisa, perguntamos se eles têm filhos e, se os têm, quantos filhos possuem, ao que foi respondido que apenas um dos envolvidos possui filhos, a saber, dois, representando, assim, apenas 5% dos entrevistados. Os demais questionados disseram não possuir filhos, o que representa 95% dos pesquisados. Em relação ao estado civil, por seu turno, perguntamos se são: solteiros, casados ou divorciados, ao que dezenove responderam que são solteiros (95%), e somente um respondeu que é casado (5%), e não constatamos nenhum divorciado, conforme consta no quadro 5, a seguir:

Quadro 5 – Estado Civil.

ESTADO CIVIL	FREQUÊNCIA	PERCENTUAL
Solteiros	19	95%
Casados	01	5%
Divorciados	00	0%

Fonte: Elaborado pela autora (2020).

Quando perguntados em relação ao período em que estão matriculados nos cursos citados, dez dos participantes responderam que estão no 4º período, sendo importante citar que entre eles alguns já concluíram o curso e, por conseguinte, a participação no programa. Nove alunos responderam que estavam cursando o 3º período no momento da pesquisa e apenas um cursava o 1º período. Como se pode notar, nesse momento, nenhum dos participantes cursava o 2º período do curso. No entanto, salientamos que, conforme especificações do Instituto Federal de Sergipe em consonância com as diretrizes legais que permeiam o Programa Jovem Aprendiz, os estudantes dessa instituição podem ser inseridos no programa tanto no 1º quanto no 2º período de seus cursos, desde que seus contratos finalizem tão logo finalizem os seus cursos técnicos.

A pergunta de número 8 se refere ao ano de ingresso dos alunos no IFS – Estância, ao que foi respondido que onze dos estudantes ingressaram no ano de 2017, oito em 2018 e apenas um estudante ingressou em 2017.2. Os cursos dos quais esses discentes fazem parte têm duração de apenas dois anos, sendo assim, os estudantes que ingressaram em 2017 ou já concluíram o curso ou estão em fase de conclusão.

No tocante às empresas em que os entrevistados participam como aprendizes, correspondendo à questão de número nove, percebemos que onze dos participantes trabalham na AMBEV, cinco trabalham na empresa Nossa Senhora da Conceição e quatro na SULGIPE. Percebemos, com isso, a alta demanda de aprendizes, nesse recorte específico, principalmente para a AMBEV. Consideramos interessante o número de aprendizes contratados nesse recorte, pois, como já evidenciado, nesse momento contamos com a participação de apenas dois cursos, frisando que são subsequentes. Diante do exposto, destacamos a abrangência do programa no *Campus Estância*, conforme o quadro 6, a seguir:

Quadro 6 – Empresas.

EMPRESA	FREQUÊNCIA	PERCENTUAL
SULGIPE	05	

Nossa Senhora da Conceição	04	
AMBEV	11	

Fonte: Elaborado pela autora (2020).

De acordo com a Lei da Aprendizagem, os estudantes de escola pública se configuram como parte do público prioritário na contratação de aprendizes. Dessa forma, nossa décima questão diz respeito aos antecedentes escolares dos discentes do IFS, sendo que a instituição também se configura como escola pública. O percentual de alunos oriundos da escola pública é de 65%, enquanto o percentual provindo da escola particular é de 35%. Essa diferença traz um importante panorama no que se refere ao público do Instituto Federal de Sergipe, *Campus Estância*, formado principalmente por estudantes advindos de escolas públicas. Outro fator a ser, novamente, pontuado é que, de acordo com a Lei da Aprendizagem, os alunos de escola pública têm prioridade nas vagas do Programa Jovem Aprendiz, sendo assim, o Instituto se destaca por atender a esse público.

A questão de número onze perguntava se os jovens já tinham feito algum curso profissionalizante. Em caso de resposta positiva, questionava-se qual era e onde havia sido cursado. Foi-nos respondido que apenas dois jovens ainda não tinham feito curso nenhum. Dos jovens pesquisados, sete responderam que já fizeram curso no SENAI; três dos alunos responderam que já fizeram cursos profissionalizantes, mas não especificaram a instituição; dois estudaram na News Center Informática; um cursou na Easy Comp e apenas dois responderam que ainda não tinham participado de curso profissional. Destacamos que apenas quinze alunos responderam a essa questão, a qual fecha a primeira parte do questionário que trata do perfil dos jovens. A segunda parte, por sua vez, pretende visualizar/analisar questões referentes ao programa.

5.2.2 Sobre o Programa

Nosso questionário foi dividido em duas temáticas, sendo esta a segunda, a que diz respeito à avaliação dos alunos em relação ao Programa Jovem Aprendiz. Nesse sentido, nossa primeira questão se refere ao motivo pelo qual o jovem participou do Programa, sendo que 80% dos jovens envolvidos, ou seja, dezesseis alunos, informaram que participaram para adquirir experiência profissional. Três dos 20 alunos responderam que tinham interesse na questão financeira e também na experiência profissional e apenas um aluno respondeu que foi apenas

pela questão financeira. Com isso, podemos afirmar que os partícipes reconhecem a importância que tem a inserção no mundo do trabalho, bem como o quanto é interessante possuir alguma experiência profissional.

Nesse sentido, o Programa Jovem Aprendiz, nesse *campus*, aparece como uma experiência interessante para aqueles alunos que planejam atuar, assim que possível, no mercado de trabalho.

Nossa segunda questão pergunta se o salário recebido por eles faz parte ou não da renda da família, ao que dezesseis questionados responderam que sim, faz parte da renda familiar; dois disseram que é a única renda familiar e dois afirmaram que não faz parte da renda e que utilizam apenas para gastos pessoais. Em confronto com as respostas da primeira pergunta, é significativo notar que, apesar de essa renda ser parte complementar da formação da renda familiar, não foi apontada como o principal quesito de atração para a participação do programa. Os jovens aqui questionados partem do princípio da necessidade de inserção no mundo do trabalho e da integração entre teoria e prática para a melhoria de sua formação acadêmica.

Ainda em consonância com as respostas anteriores, quando perguntados sobre a expectativa que tinham em relação ao Programa, 45% dos jovens, nove deles, apontaram para a possibilidade de serem efetivados na empresa em que prestam/prestaram serviço. 30%, ou seja, seis alunos, remeteram à possibilidade de ter uma experiência profissional, e 25%, cinco alunos, apontaram para a possibilidade de adquirirem mais conhecimento. Nenhum dos questionados demonstrou interesse em, exclusivamente, ter uma renda, o que corrobora para que acreditemos que eles consideram o Programa não apenas um meio de conseguir uma renda, mas um meio extraordinário de adquirir conhecimentos práticos e de conseguir sua inserção no mundo do trabalho.

Tratando dessa questão e norteados pelo artigo “Inserção dos Jovens no mercado de trabalho”, notamos que, segundo esse estudo houve, historicamente, uma elevada participação dos jovens no mercado de trabalho brasileiro, no entanto essa participação se dava de forma degradante e exploratória, visto que os jovens nesse período (meados de 1980-2000) eram inseridos em subempregos que contribuía negativamente com a formação escolar dos envolvidos. Os jovens eram inseridos no mercado mais pela necessidade financeira do que pelas oportunidades de trabalho, e, desse modo, cabia a eles os subempregos, o que colaborava para a evasão escolar ou para a falta de motivação na aprendizagem, já que suas condições de trabalho eram, em sua maioria, muito cansativas.

Segundo Santos e Gimenez (2015), a partir dos anos 2000, mais especificamente entre 2004 e 2012, com a transição demográfica brasileira e os investimentos do governo federal na

formação dos jovens, seja no nível médio, técnico ou superior, a taxa de inserção desses jovens no mercado de trabalho dentro de condições degradantes caiu, e os jovens passaram a trabalhar em ocupações que ofereciam condições plausíveis de trabalho e com remunerações dignas. Diante disso, percebe-se que

Com efeito, as mudanças demográficas recentes, assim como o impacto das políticas de proteção social e as voltadas para o mercado de trabalho, estão exercendo importante papel sobre a forma e as condições pelas quais os jovens brasileiros estão se inserindo no mercado de trabalho nacional (SANTOS; GIMENEZ, 2015, p. 153).

As ações do governo perpassam o incentivo à profissionalização dos discentes por meio de cursos, investimentos em ampliação das escolas profissionais e programas como o PRONATEC (Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego). É, precisamente, nesse período e durante essa transição que foi criado o Programa Jovem Aprendiz, que, conforme já citado, é também um programa de incentivo à profissionalização dos jovens, contribuindo para sua formação não somente profissional, mas também acadêmico-escolar, haja vista a obrigatoriedade de estarem matriculados e cursando alguma série, preferencialmente dos níveis fundamentais e médios, mas não apenas. Dessa maneira, é perceptível que a oferta de condições de formação acadêmica/escolar contribui para que a população jovem seja inserida no mercado de forma legal e não mais em condições subalternas a que essa população se dispunha. Sendo assim, destacamos que

No período de crescimento econômico entre 2004 e 2012, com evidentes efeitos positivos sobre o mercado de trabalho e sobre a estrutura social brasileira, ampliaram-se os espaços de inserção laboral dos jovens. Não somente os espaços foram ampliados, como a qualidade dos postos de trabalho oferecidos evoluiu positivamente [...] (SANTOS; GIMENEZ, 2015, p. 165).

Nesse sentido, proporcionar aos discentes oportunidades de um primeiro emprego legal e registrado, além de um efetivo acompanhamento de suas atividades laborais e acadêmicas, contribui para a formação geral desse indivíduo e dá a ele condições de crescimento pessoal e profissional.

Tendo como objetivo propor uma linearidade analítica, decidimos anteceder a questão de número 5. Esta questiona os estudantes sobre se a atividade que desempenham/desempenharam na empresa tem a ver com o curso no qual estão matriculados, sendo que apenas 20% dos alunos responderam que sim, a atividade se relaciona com o seu

curso, e 80% responderam que não. Segundo a legislação que rege o PJA, os jovens e adolescentes que estão inseridos no programa devem exercer atividades técnico-metódicas que possibilitem o crescimento intelectual e prático deles. Sabe-se que é de suma importância que os estudantes do Instituto exerçam atividades que se relacionem com o conhecimento que estão adquirindo nos cursos em que estão matriculados. É exatamente nesse contexto que o nosso produto educacional se faz necessário. Pensamos que o acompanhamento das atividades desses alunos, tanto na instituição formadora quanto na empresa conveniada, poderia diminuir essas estatísticas não positivas em relação ao PJA no instituto. Pensar um acompanhamento frequente desses alunos é pensar a integração entre teoria e prática já mencionada neste estudo. É pensar, também, a questão do trabalho como princípio educativo, conforme debatido neste texto. Assim, tendo como base as leituras da CNE 6, bem como dos documentos criadores dos Institutos Federais, é possível afirmar que uma das missões dos Institutos Federais é propiciar ao estudante uma situação de aprendizagem que o faça pensar criticamente e construir conhecimentos. Logo, é por meio da integração entre a teoria e a prática que estaremos seguindo esse caminho.

A pergunta de número 4 versa sobre a utilização do tempo, se esse programa e sua carga horária atrapalharam no andamento dos estudos dos envolvidos, sendo que os jovens foram unânimes ao responderem que o programa em nada atrapalhou sua carga horária de estudos. Isso é sobremaneira importante, visto que acreditamos que o PJA agrega conhecimentos aos cursos e que sua carga horária não inviabiliza o momento de estudo dos discentes, antes faz parte deste.

A questão de número 6 se refere a quais/qual atividade(s) eles desenvolveram nas empresas conveniadas, acerca de que responderam que trabalharam em áreas relacionadas a: aprender; gente e gestão; RH; supervisão; atendente; centro de operações da distribuição; área de segurança; financeiro; auxiliar de almoxarifado; auxiliar em atividades extras do setor; técnico em planejamento; reposição de produto e vigilância – câmeras de segurança; check list de obras; organização do estoque; “de tudo um pouco”; auxílio na programação e no planejamento técnico; gestão de meio ambiente; auxiliar de manutenção; recebimento de mercadorias; setor de entrega, monitoramento e reposição. As atividades listadas demonstram que, mesmo não exercendo atividades relacionadas aos cursos dos discentes, estes recebem funções que demandam atenção, planejamento, responsabilidade e que são atividades que fazem parte do dia a dia das empresas, colocando os aprendizes em posição de profissionais e corroborando para a melhoria da sua formação profissional.

Quando questionados sobre o que tinham a dizer em relação à sua experiência profissional, as respostas foram as seguintes:

Estudante 1: “É uma experiência muito válida pois possibilita o aprendizado de várias funções além da prática da própria função que estamos vendo no curso”.

Estudante 2: “Está sendo a melhor experiência que já tive”.

Estudante 3: “O conhecimento que estou adquirindo está sendo de grande ajuda”.

Estudante 4: “Recomendo qualquer pessoa”.

Estudante 5: “Estou adquirindo muito conhecimento, estou gostando”.

Estudante 6: “Grato por ter participado desse programa, hoje estou efetivado na mesma empresa e no mesmo setor”.

Estudante 7: “É uma excelente oportunidade para quem realmente almeja ter alguma coisa pós programa. Pois adquire muito conhecimento de campo ao mesmo tempo que ganha conhecimento teórico”.

Estudante 8: “Ótima experiência”.

Estudante 9: “Aprendo diversas atividades que contribuem para meu desenvolvimento”.

Estudante 10: “Grande oportunidade de ganhar experiência”.

Estudante 11: “O programa jovem aprendiz me possibilitou...”

Estudante 12: “Bom por adquirir conhecimento e experiência por (outro) lado não adquirir conhecimento relacionado ao curso”.

Estudante 13: “Foi uma boa experiência, porém não era muito na área diretamente do curso”.

Estudante 14: “Boa”.

Estudante 15: “Gosto do que faço”.

Estudante 16: “Que o conhecimento adquirido em todo esse tempo será usado em minha vida profissional...”.

Estudante 17: “Desenvolvimento e oportunidade aos jovens”.

Estudante 18: “ Foi uma experiência de aprendizagem”.

Estudante 19: “Foi boa... Mas não foi na área relacionada ao curso”.

Estudante 20: “Adquiriti uma experiência considerável participando do programa, sem dúvida ele foi importante na minha vida”.

As respostas anteriormente destacadas evidenciam a importância do programa enquanto gerador e agregador de conhecimentos nos currículos desses alunos. Observemos que, mesmo aqueles que ratificaram não ter trabalhado em áreas relacionadas ao curso, ainda assim demonstraram satisfação em ter participado do PJA, tendo como questão norteadora a

aprendizagem adquirida. O acompanhamento desses jovens é de suma importância para que as empresas conveniadas façam as devidas alocações deles em ambientes que se relacionem com os cursos nos quais estejam matriculados. Acreditamos que a informação é essencial para o cumprimento da legislação desse programa.

Quando perguntados sobre como cada um avalia a sua participação no curso, numa escala entre muito boa, boa, regular e ruim, 45% dos questionados consideram que a participação foi muito boa, 45% a consideraram como boa e apenas 10% consideraram que tiveram uma participação regular, sendo que 10% equivalem a apenas dois alunos dos 20 entrevistados da pesquisa. Em relação à participação na empresa, 55% dos jovens, dentro da escala já mencionada acima, sinalizaram que a participação foi muito boa, 35% responderam que consideram boa sua participação e 10% consideraram como regular. Notemos que em nenhuma das perguntas os jovens sinalizaram para uma participação ruim, o que é sobremaneira interessante para esta pesquisa.

A pergunta de número 10 questionava se os jovens consideram que a inserção no Programa Jovem Aprendiz mudou algo em sua vida, ao que eles responderam:

Estudante 1: “Não”.

Estudante 2: “Sim, minha percepção para o trabalho”.

Estudante 3: “Sim, mais na questão de conciliar trabalho e curso”.

Estudante 4: “Sim. O conhecimento”.

Estudante 5: “Sim, aprendizagem e experiência”.

Estudante 6: “Mudou, estou me dedicando bastante nas aulas com o intuito de aprender e ser (efetivada) pela empresa. Além de (que) esta remuneração esta ajudando bastante a mim e a minha família”.

Estudante 7: Sim, bastante, pois adquiri conhecimento profissional e mudou minha vida, graças a Deus hoje tenho uma profissão”.

Estudante 8: “Sim. De todo um modo, tudo. Principalmente a rotina.

Estudante 9: “Sim. Amadurecimento profissional”.

Estudante 10: “Sim, tenho novas possibilidades e aprendi sobre o mercado de trabalho”.

Estudante 11: “Sim, a novidade do trabalho na minha vida”.

Estudante 12: “Sim, o programa jovem aprendiz me possibilitou um desenvolvimento profissional e pessoal”.

Estudante 13: “Motivação para sempre buscar o melhor”.

Estudante 14: “Sim... Me ajudou a ter experiência, renda e compromisso”.

Estudante 15: “Sim, ajudar a minha mãe”.

Estudante 16: “Mudou a minha situação financeira, melhorou a aprendizagem, independência, experiência profissional entre outras”.

Estudante 17: “Sim. Experiência para a vida toda”.

Estudante 18: “Sim... Desenvolvi habilidades, fiz amizades”.

Estudante 19: “Sim, alguns equipamentos que preciso para estudar e me ajudou a adquirir minha CNH”.

Diante das respostas elencadas, é possível mensurar as mudanças conquistadas tanto na vida profissional quanto na vida pessoal dos entrevistados, mudanças essas atribuídas à sua participação no Programa Jovem Aprendiz. A maioria dos jovens entrevistados destacou que o quesito experiência profissional é uma forte mudança atrelada a seus currículos quando da participação no programa. Alguns dos questionados destacam também a importância dessa renda para sua subsistência e/ou de sua família, mas mesmo eles não deixam de destacar o quanto acreditam no conhecimento adquirido, e da mesma forma experiência profissional e pessoal, o que pode ser afirmado ao se observar as respostas anteriormente apresentadas.

Nossa última pergunta pedia que os participantes elencassem críticas ou sugestões ao Programa Jovem Aprendiz no IFS, ao que eles responderam:

Estudante 1: “Acho que deveria atingir mais pessoas e não somente uma porcentagem de funcionários efetiva de uma empresa”.

Estudante 2: “Minha sugestão é que esse programa continue, que alcance muito mais jovens e que tenham a oportunidade que tive”.

Estudante 3: “Que todas as pessoas que tiverem idade para fazer o programa, façam, pois irá ajudar bastante”.

Estudante 4: “Sem críticas”.

Estudante 5: “O programa é ótimo mas poderia junto com a instituição falar sobre a possibilidade de os jovens continuarem na empresa assim que o contrato acabar”.

Estudante 6: A demora do processo com a empresa e muitas empresas não estar relacionada ao curso. (Seria necessário) procurar mais áreas relacionadas ao curso e quanto mais empresas melhor”.

Estudante 7: “Acredito que, da minha parte não esteja faltando nada em relação as melhorias”.

Estudante 8: “Não tenho”.

Estudante 9: “Sugiro que hajam mais vagas pois muitos são os jovens que serão capazes de aproveitar essa oportunidade”.

Estudante 10: “Deveriam utilizar mais jovens, em relação ao aprendizado do curso”.

Estudante 11: “O programa deveria colocar os jovens aprendizes em trabalhos relacionados ao curso que estejam cursando”.

Estudante 12: “Sim, a falta de comunicação das pessoas que estão na coordenadoria do programa com os jovens aprendizes”.

Estudante 13: “A sugestão seria que de alguma forma nas empresas fossem passado algo mais na área do curso”.

Estudante 14: “Exercer uma função ligada ao curso”.

Estudante 15: “Nenhuma”.

Estudante 16: “O programa jovem aprendiz é muito bacana, porém acho que talvez fosse melhor para o estudante ter os recessos do instituto de acordo com a empresa que presta serviços, quem sabe até a ‘troca’ dos recessos pelas férias. Pois quando o instituto entra em recesso, os aprendizes não podem completar as 8 horas no IFS...”.

Estudante 17: “Desenvolver a aprendizagem do curso na empresa”.

Estudante 18: “Mais atenção sobre os jovens aprendiz”.

Estudante 19: “Não ser diretamente relacionado ao curso”.

Estudante 20: “A questão dos limites das atividades executadas no trabalho e o uso de EPI e EPC. Isso tem que ficar bem claro, tanto para a empresa quanto para os participantes do programa, para que assim não exista o desvio de função”.

Diante da riqueza de respostas encontradas nesse questionário, principalmente nas perguntas abertas, pontuamos, mais uma vez, a urgência que há em elaborarmos o fluxograma para que os jovens participantes do programa sejam, efetivamente, acompanhados enquanto fazem parte do PJA.

Como é possível notar, uma questão que gera ônus às participações dos aprendizes é a não relação entre a ocupação na empresa e o curso no qual estão inseridos. Em respostas anteriores, mencionamos que, ainda que os aprendizes demonstrem satisfação em ter participado do programa e ainda que atribuam a ele participação essencial em seu aprendizado e crescimento profissional e pessoal, a não relação entre a atividade executada e o curso é algo que precisa ser revisto. Além disso, conforme observamos nas respostas, os alunos acham importante que haja acompanhamento e diálogo entre os coordenadores do Programa e os participantes. Acompanhar o aluno e as atividades que ele executa na empresa e observar e dialogar com os supervisores dos alunos nas empresas conveniadas são ações de suma importância para o andamento do programa, bem como para o aprendizado desses alunos. O Programa Jovem Aprendiz pressupõe parceria e convênio entre os envolvidos, sejam eles

coordenadores, supervisores e/ou alunos. O fortalecimento de vínculos é interessante para o bom andamento do programa e a aprendizagem dos envolvidos.

Com o intuito de melhor expor a pesquisa, optamos por explicar sobre o questionário de aplicação do produto na seção seguinte, a qual versa sobre o produto educacional por nós elaborado.

6 PRODUTO EDUCACIONAL

Instituídos em 1995 pela Portaria n° 47 da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), os mestrados profissionais têm por característica a produção de produtos educacionais. Nesses mestrados, a produção dos produtos é requisito para obtenção do título de mestre. Segundo as recomendações, é importante que esse produto seja passível de aplicabilidade e que gere melhorias nas práticas pedagógicas e/ou profissionais das instituições educacionais. Segundo Leite,

O argumento desses documentos respalda-se na necessidade de flexibilização do modelo de pós-graduação *stricto sensu* diante das demandas sociais oriundas das mudanças tecnológicas, das transformações econômico-sociais e do aumento da procura por profissionais com perfis de especialização distintos dos tradicionais (2018, p. 330).

Dessa forma, frente à diversidade existente em produtos educacionais, nosso produto se enquadra na categoria material textual e se constitui de um *Guia de Acompanhamento e Gestão: Programa Jovem Aprendiz*. O que se pretende com esse produto é gerar melhorias na gestão do programa e permitir o acompanhamento dos alunos que fazem parte dele.

De acordo com o *Manual de Gestão por Processos* (IFS, 2018), foi instituída, a partir do dia 11/01/2019, no Instituto Federal de Sergipe, a Gestão por Processos, sendo designada Instrução Normativa 01/2019, que tem como finalidade a padronização dos processos desse instituto. O trabalho mencionado teve início após a percepção de que vários setores do instituto estavam implementando iniciativas de processos por conta própria, mesmo não tendo conhecimentos necessários da abordagem estruturada. A partir disso,

visando unir esforços, em maio de 2017 a gestão do IFS promoveu um workshop para suas lideranças, a fim de assegurar um modelo metodológico e ferramental a ser seguido, adotando-se os melhores padrões internacionais, através da notação BPMN e por meio do software Bizagi Modeler. Com anseios de promover a modernização da gestão, foi montada uma comissão composta por servidores técnico-administrativos de áreas estratégicas para conduzir esse padrão, aperfeiçoando-o às características internas do Instituto (IFS, 2018, p. 07).

Dessa forma, nosso produto educacional pretende seguir essa normativa, considerando modelo, programa e condicionamento dos dados, conforme instrui a normativa supracitada.

Nosso produto educacional consiste na criação de um Guia de acompanhamento e gestão no qual constam dois fluxogramas elaborados com o intuito de melhorar a gestão no que

diz respeito ao Programa Jovem Aprendiz. Nesses fluxogramas, procuramos elencar os procedimentos necessários para o acompanhamento da oferta do PJA para o Instituto Federal de Sergipe.

O Programa Jovem Aprendiz é um excelente meio para inserir os jovens discentes no mercado de trabalho, bem como de demonstrar como se dá o processo de articulação entre a sala de aula e a prática profissional, além de ser um meio de fazer com que essa política pública chegue ao maior número possível de jovens. Entendemos que a inserção do Instituto nesse programa é uma possibilidade de contemplar com “bolsas” mais alunos dos cursos ofertados pelo instituto, fazendo com que a permanência deles seja mais viável tanto social quanto economicamente.

Nessa perspectiva, aplicamos questionários referentes à possibilidade de uso e implantação do nosso Guia de Acompanhamento em alguns dos *campi* (*Campus* Estância e *Campus* Aracaju) que ofertam vagas do Programa Jovem Aprendiz.

Nesse Guia existem informações que consideramos importantes sobre:

- Como se dá o funcionamento do programa
- Possibilidades de acompanhamento dos jovens
- Sugestões de atividades a serem desenvolvidas
- Card de divulgação para os alunos ingressantes ou já veteranos do instituto
- Sugestões de questionários a serem aplicados durante o acompanhamento
- Informações gerais sobre o programa

As informações citadas estão apresentadas de maneira acessível e de fácil entendimento. Nosso objetivo é, através desse produto, esclarecer algumas dúvidas que existam em relação ao PJA e facilitar o conhecimento e o acompanhamento dos estudantes que tenham interesse no programa ou se vinculem a ele.

Procuramos, nesse sentido, produzir um material textual que se constituísse como um meio atrativo para os servidores que dele farão uso, uma vez que, conforme explana Leite (2018), os produtos educacionais devem apresentar estrutura criativa e comunicativa e dialogar com os sujeitos do contexto, devendo esse material atrair a atenção daqueles que dele farão uso. Sendo o PJA um programa tão importante e já consolidado em empresas envolvidas com a educação profissional, notadamente o Sistema S e, mais recentemente, os *campi* do Instituto Federal Brasil afora, acreditamos que o Instituto Federal de Sergipe deve entender, compreender e estimular a participação dos seus alunos e as implicações desse programa na vida deles.

6.1 Gestão por Processos

Diante da necessidade de adquirir conhecimentos voltados para a gestão por processos, para que este texto pudesse, da melhor maneira, oferecer uma visão conclusiva sobre o que propomos enquanto estudo e produto educacional, decidimos fazer o curso Gestão de Processos ofertado pela ENAP – Escola Nacional de Administração Pública – e veiculado pela Escola Virtual (escolavirtual.gov.br). Através desse curso e da leitura dos materiais disponíveis no Manual de Gestão por Processos do IFS (2018), além de outras bibliografias, referenciamos o texto que segue.

A administração vem, ao longo dos anos, desenvolvendo estratégias que têm como objetivo a melhoria do desempenho das funções administrativas, entre elas podemos citar o desenvolvimento da Gestão de Processos, que surge com o intuito de melhor gerir o tempo e eliminar aquilo que não agrega valor ao fazer administrativo. Nesse contexto, entendemos a Gestão de Processos como um conjunto de atividades que uma organização adota com a intenção de reconhecer os processos críticos e analisar seu funcionamento de forma constante e continuada, assim como indicando melhoramentos e adequações sempre que se fizer necessário. De acordo com Maranhão (2002), o conceito de processo está diretamente relacionado à transformação, sendo assim, gerir por processo pressupõe três elementos, quais sejam:

- O que se quer transformar
- A transformação
- O resultado obtido por meio desta

Entre os procedimentos encontrados na Gestão de Processos, temos a eliminação de falhas, a qual visa a contribuir com avanços e melhorias nos processos da organização. É na observação das falhas encontradas que surgem oportunidades de melhoria da gestão e formas de execução das atividades. Ainda nesse viés, temos, também, a Visão Sistêmica, que pode ser entendida como a habilidade de visualizar a organização como um grande sistema, isto é, conhecer a totalidade, de maneira que seja possível proceder a uma análise e/ou intervir em tal sistema.

Diante disso, nosso trabalho teve início, como já mencionado, com o conhecimento do Programa Jovem Aprendiz no *Campus* Estância, observando como é posto em prática e como se dá seu acompanhamento. Tendo ciência de que a execução desse programa é algo relativamente novo no IFS e de que a gestão de processos acontece de forma que a cada novo

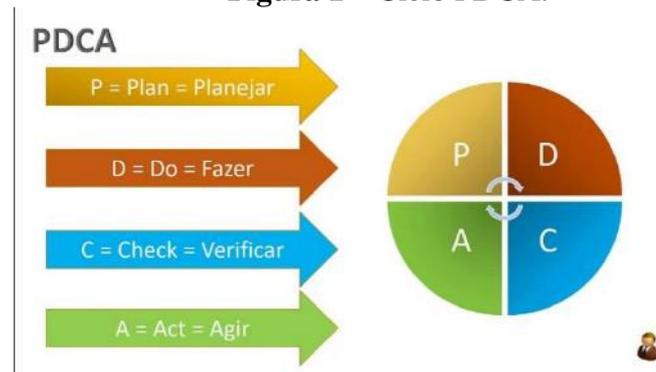
ciclo são necessárias mudanças e adequações, foi possível perceber algumas falhas, entre elas podemos citar a dificuldade de visualizar dados atualizados acerca desse programa.

Tendo como base o material do ENAP (FERREIRA, 2013), para gerir processos é preciso seguir algumas especificações para que a gestão seja efetiva. Segundo essa linha de pesquisa, os passos que devemos seguir são estes: identificar os objetivos estratégicos da organização; identificar e priorizar os processos críticos; identificar os donos do processo; identificar as missões de cada processo; criar um mapa preliminar e planejar; mapear e modelar os processos; definir e implantar indicadores para os processos e monitorar o desempenho dos processos e tomar ação quando necessário.

Desse modo, destacamos que nosso produto educacional busca, a partir do seguimento desses passos, desenvolver um material que venha proporcionar evolução, fortalecimento e melhoramento das estratégias utilizadas para gerir o Programa Jovem Aprendiz no Instituto Federal de Sergipe, *Campus Estância*. Assim sendo, nosso fluxograma perpassa desde o início do processo até – o que consideramos – a sua possível conclusão, sabendo que a gestão é um processo contínuo que se renova e se reestabelece sempre que necessário. É importante pontuar que esse produto é uma sugestão de procedimento, logo é possível flexibilizá-lo para que se adeque à realidade do local em que será executado, sabendo que os níveis de sucesso devem ser constantemente reavaliados com a intenção de alinhar o produto continuamente àquilo a que se destina.

Tendo como objetivo tornar mais claro e ágil o processo a que esse fluxograma se destina e considerando seu uso pelos servidores da rede federal de ensino, seguimos uma das ferramentas amplamente utilizadas quando se trata de gestão, o ciclo PDCA, o qual é dividido em quatro principais passos, que são:

- Plan (planejamento) – Planejar as ações que serão realizadas.
- Do (execução) – Trata da execução das atividades anteriormente planejadas.
- Check (verificação) – Trata de avaliar os resultados daquilo que foi executado.
- Act (ação) – Trata de tomar alguma atitude diante dos eventuais desvios encontrados na verificação.

Figura 1 – Ciclo PDCA.

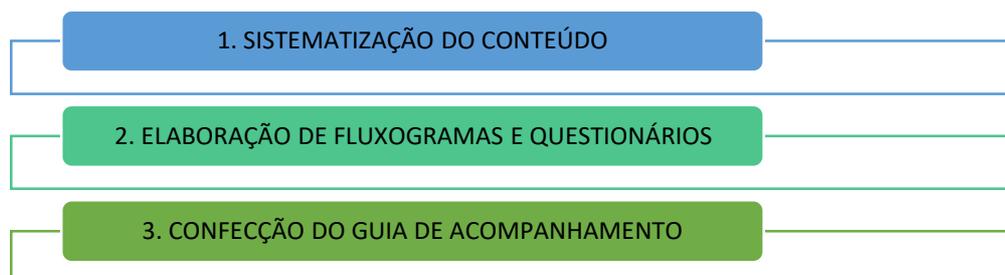
Disponível em: <https://www.google.com/search?q=plan+do+check+act&rlz=1C1SQJL_pt-BRBR781BR781&sxsrf=ACYBGNQB675dd5SINQS3Ph4RnbJhJc0tIA:1580736586256&source=lnms&tbn=isch&sa=X&ved=2ahUKEwjE8tPVvrXnAhVcLLkGHdMVAviQ_AUoAXoECBEQAw&biw=1163&bih=560#imgsrc=2MeksI5HKb3ajM>. Acesso em: 09 out. 2019.

Frisamos que esse ciclo é contínuo, e, no momento em que se toma uma ação ao final dele, na verdade, o planejamento já está sendo reiniciado. Diante do que foi dito, discorreremos, brevemente, sobre o que é um fluxograma.

O fluxograma é o desenho gráfico de uma cadeia de atividades que apresenta um processo, e sua finalidade é identificar o caminho real e ideal para a execução de uma tarefa ou um serviço, objetivando identificar as falhas e/ou os desvios. Um dos objetivos do fluxograma é que a ação que ele demonstra seja facilmente entendida pelos envolvidos nela. Dito isso, almejamos que, apesar de esse produto ser elaborado a partir de dados do *Campus Estância*, seja possível replicar para mais *campi* dos Institutos Federais, respeitando suas singularidades, com o objetivo de melhorar o desempenho dos processos relacionados ao PJA.

6.2 Construção do produto educacional

A elaboração do Guia apresenta o seguinte planejamento:



1. Nesse momento, foram selecionados conteúdos referentes ao funcionamento do programa. Nessa ocasião, a partir de leituras de artigos e da releitura da Lei da Aprendizagem e do novo decreto, iniciamos o planejamento das atividades a serem sugeridas em nosso Guia. Procuramos produzir um material que permitisse fácil leitura e acompanhamento das ações, com uma linguagem clara e concisa e que esclarecesse as possíveis dúvidas que pudessem surgir. O *Guia de Acompanhamento e Gestão: Programa Jovem Aprendiz* é estruturado da seguinte maneira: apresentação, fluxogramas, planejamento das atividades, considerações e anexos.
2. Conhecendo o conteúdo programático com o qual iríamos trabalhar, contatamos a PRODIN para elaboração dos fluxogramas. Os fluxogramas foram elaborados tendo como base o que versa a Lei da Aprendizagem, bem como levando em consideração o contato que tivemos com jovens que iriam participar da seleção para o programa no ano de 2019, no *Campus Estância*, onde, junto ao coordenador do NAE e à servidora Cyndi Guimarães, ofertamos a Primeira Oficina de Apresentação Pessoal Criativa, divulgada pelo SISPUBLI e com carga horária de 4h. Nessa oficina, apresentamos maneiras formais de comportamento em entrevistas de emprego, tratamos da composição e elaboração de currículo, além de abordar maneiras criativas de apresentação, levando em consideração postura, vestuário e afins. Os fluxogramas explanam tanto sobre o acompanhamento necessário ao aluno que está inscrito no programa quanto acerca dos primeiros contatos dos jovens com os cursos do *campus*.
3. O Guia foi produzido por um profissional de Designer Gráfico, Ademar Júnior Carvalho Rodrigues, e tem como características: formato vertical de 297 por 210mm com 300dpi de resolução e diagramado no CorelDraw 2019, fechado para impressão no perfil de cor CMYK padrão. Todas as imagens internas e externas da cartilha foram obtidas no Free Pik. As fontes usadas na capa e na edição da cartilha são Bebas Neue Bold e Bebas Neue Book para títulos; Bebas Neue Bold e Blogger Sans Light para texto corrido.

6.3 Contribuições esperadas do produto educacional

Almejamos que o Guia sirva como base para as ações dos responsáveis pelo setor que lida diretamente com o Programa Jovem Aprendiz. A ideia é que, a partir das informações e atividades sugeridas, haja melhoria na gestão do programa, possibilitando sua ampliação, bem como o acompanhamento aos alunos participantes do projeto, tendo como consequências diretas melhorias na qualidade do serviço. Esperamos, com isso, contribuir com a gestão e,

consequentemente, chegar ao maior número possível de *campi* oferecendo essa possibilidade de acesso ao primeiro emprego aos jovens matriculados nos cursos.

6.4 Aplicação do produto educacional

O produto educacional aqui inserido, o *Guia de Acompanhamento e gestão: Programa Jovem Aprendiz*, foi aplicado e apresentado a servidores do Instituto Federal de Sergipe, sendo um coordenador do NAE e um diretor de extensão e articulação com a sociedade.

Os servidores foram contatados via telefone, informados acerca do que tratava a pesquisa e questionados sobre se tinham interesse em participar; após esse primeiro contato, enviamos o Guia, um convite esclarecendo a pesquisa, e o TCLE via e-mail. Posteriormente, enviamos via googleforms o questionário referente ao produto.

A partir de questionários enviados ao NAE *Campus* Estância e à DIREX Reitoria, os servidores que responderam ao questionário são, no momento, os responsáveis pelo programa em seu *campus*, sendo que o servidor da DIREX gerencia o funcionamento do programa em todo o Instituto Federal de Sergipe. Sendo assim, esse servidor nos passou informações gerais sobre o programa, além das informações acerca do programa no *Campus* Aracaju.

Buscando uma melhor compreensão das questões encontradas no questionário (Apêndice A), optamos por dividi-lo em duas categorias, a primeira abordando o perfil dos respondentes e sua relação com o programa e a segunda relacionada diretamente ao trabalho com o Programa Jovem Aprendiz no IFS. Sendo assim, as questões de 01 a 03, sobre função, formação acadêmica e tempo em que exerce a função, foram respondidas da seguinte forma:

Servidor 1: Coordenador do NAE, Engenheiro Eletricista com especialização em Segurança no Trabalho e Técnico em Eletrônica. Exerce a função há, aproximadamente, 1 ano.

Servidor 2: Diretor de Extensão e Articulação com a Sociedade, Engenheiro Químico, especialista em Gestão Pública. Exerce a função há mais de 5 anos.

As perguntas seguintes dizem respeito ao funcionamento do programa nos *campi* pesquisados.

As questões de 04 a 09 questionavam acerca da implantação e se havia necessidade do Guia nos referidos *campi*.

Em relação à questão 04, se havia um fluxograma de acompanhamento do programa, ambos responderam que não há nenhum fluxograma documentado. Perguntados se consideram possível o uso desse Guia, ambos responderam que sim. A questão 06 perguntava se consideram importante que os jovens sejam acompanhados enquanto participam do programa, ambos

responderam que sim. Nessa mesma linha de pensamento, a questão 07 questionava se o Guia proposto ajudaria a exercer esse acompanhamento, ao que ambos, também, responderam que sim. A pergunta de número 08 era sobre a pertinência dos questionários como forma de acompanhamento, e os dois respondentes sinalizaram que sim. Quando questionados sobre a importância do uso do Guia nos *campi*, a resposta foi sim. Partindo das respostas encontradas nas perguntas citadas, percebemos que o Guia foi recebido de forma positiva e que o uso/implantação dele é possível dentro do IFS.

A questão de número 10 era sobre a quantidade de alunos participando do programa, e, no momento em que foram respondidos os questionários, segundo o NAE Estância, o número era de 42 alunos. Já o número de aprendizes geral, conforme o diretor da DIREX, é de 80 alunos. Sobre ter ou não domínio sobre o funcionamento do programa, na questão 11, o responsável pela DIREX informou que sim, já o responsável pelo NAE respondeu que tem domínio parcial. A carga horária utilizada para as atividades do programa é referente à carga horária do setor tanto no NAE quanto na DIREX.

Questionados sobre como é feito o contato com as empresas, o servidor da DIREX respondeu que é por meio da DIREX e dos *campi*. O servidor do NAE respondeu que é feito via telefone, além do envio de cartas às empresas apresentando o programa. Sobre a triagem dos alunos, o diretor da DIREX disse que é de responsabilidade das empresas. Já o NAE respondeu de maneira mais abrangente, percorrendo desde a matrícula dos alunos nos cursos ofertados pelo IFS até a seleção feita pela empresa. Acreditamos que a diferença nas respostas se dá porque o NAE acompanha diretamente o programa em seu *campus* específico. Já a DIREX tem uma visão geral de todos os *campi*. A pergunta 15 dizia respeito ao acompanhamento dos alunos, sendo que o servidor do NAE declarou: “Mensalmente, são enviadas às empresas que possuem Jovens Aprendizes do IFS, o percentual de frequência nas aulas de cada Jovem. Semestralmente, enviamos o histórico escolar dos alunos e solicitamos que as empresas respondam um questionário de avaliação do jovem aprendiz. Ao final do contrato, enviamos um questionário aos jovens aprendizes para responderem sobre o Programa na empresa que trabalharam”. O responsável pela DIREX disse não ter domínio sobre esse fato, já que ele não trabalha diretamente com um *campus* específico.

As questões de 16 a 23 dizem respeito às implicações do programa na vida dos jovens atendidos, sendo assim, a pergunta de número 16 questionava se havia mudanças no rendimento dos alunos participantes, ao que nos foi respondido que sim por ambos os servidores. A questão seguinte perguntava sobre a evasão dos alunos aprendizes, e o servidor do NAE disse que houve duas evasões, já o servidor da PROPEX disse não saber no momento. Questionados sobre se

havia alguma capacitação para os alunos envolvidos, o servidor do NAE respondeu que há cursos e palestras para elaboração de currículos e capacitação para entrevistas de emprego, como já expomos em item anterior, visto que, durante a nossa pesquisa, participamos da organização da primeira oficina com o intuito de capacitar esses jovens para a seleção das empresas. Em relação ao servidor da DIREX, ele informou que ainda não há, mas que se pretende implantar em breve. A questão 19 era sobre a efetivação dos alunos nas empresas ao término do contrato, e ambos os servidores afirmaram ocorrer efetivações ao término dos contratos dos alunos, no entanto, não foram apresentados percentuais acerca disto. Perguntados se existe alguma avaliação empresa/aluno, o servidor do NAE disse que sim, já o servidor da DIREX disse que não.

A questão seguinte perguntava sobre a quebra de contratos e quais os procedimentos adotados caso haja, o servidor da DIREX informou que é feita a rescisão contratual, enquanto o servidor do NAE disse que a empresa providencia a rescisão. Em relação aos pontos positivos e negativos acerca do programa, foi respondido pelo servidor da DIREX que não há pontos negativos. Já o servidor do NAE Estância respondeu que a não participação de alunos dos cursos superiores é algo negativo, assim como a idade-limite de 24 anos. Já os pontos positivos informados pela DIREX foram: oportunidade de emprego; melhoria no desempenho acadêmico; crescimento profissional dos participantes; captação indireta de recursos externos ao IFS; evolução dos indicadores de aprendizagem do IFS; diminuição da evasão escolar; aumento da retenção escolar e efetivação dos alunos contratados. O servidor do NAE considera positivos os seguintes pontos: oportunidade de um primeiro emprego com registro em carteira de trabalho; remuneração; direitos trabalhistas; contagem para aposentadoria; vivência em diferentes ambientes de trabalho e rotinas administrativas; experiência profissional; amadurecimento pessoal dos alunos; desenvolvimento técnico e oportunidade de efetivação ao final do contrato. Em relação a sugestões para o Guia, o servidor do NAE respondeu: “Nada a declarar. Achei bem informativo e apresentável. Será de grande ajuda para a continuidade do meu trabalho”. O servidor da DIREX deu várias sugestões para a melhoria do produto, principalmente no que diz respeito à ampliação de sua implantação, na medida em que está se reportando diretamente aos servidores responsáveis pelos NAEs, o que, segundo o servidor, deve ser mudado e direcionado para qualquer servidor que seja responsável pelo programa em seu *campus*, o que não necessariamente cabe ao NAE.

Consideramos indispensáveis as participações dos servidores que foram informantes desta pesquisa, pois, através de suas respostas, é possível visualizarmos a necessidade de padronizações das ações referentes ao Programa Jovem Aprendiz, conforme pode ser notado

nas diferentes respostas obtidas para as mesmas perguntas. Notamos que há bastante empenho em criar ações para a melhoria da gestão do programa em ambos os *campi*, no entanto, assim como especificado no *Manual de Gestão por Processos* (IFS, 2018), o que se pretende é que as ações referentes à gestão sejam padronizadas e ampliadas para o Instituto como um todo, e não somente em *campi* específicos.

Sendo assim, de acordo com as respostas anteriormente destacadas, o Guia proposto é mais que bem-vindo para a melhoria da gestão desse programa, trazendo fluxogramas plausíveis de implementação em qualquer *campus*, tendo sido produzidos pela PRODIN, ou seja, dentro do padrão utilizado pelo Instituto.

É interessante destacar, também, a questão da retenção escolar como fator positivo para o projeto, segundo os servidores questionados, além do dado apresentado pelo NAE Estância e, também, pontuado pelo servidor da DIREX. Segundo Dore e Luscher (2011, p. 775), “a evasão na escola média geral ou na modalidade profissionalizante vincula-se ao maior ou menor grau de democratização do acesso da população a esse nível de ensino”. Consideremos que a interiorização dos institutos federais, nisso citamos o *Campus* Estância e sua missão, e o aumento do número de vagas nas escolas públicas de educação profissional são fatores importantes diante da questão da democratização do acesso da população a esse nível de ensino. No entanto, consideramos importante destacar que não apenas a entrada democrática é primordial para a retenção desses discentes nas escolas, é preciso tornar possível a permanência deles na instituição. Sendo assim,

O abandono escolar confronta-se com o preceito constitucional segundo o qual é direito da pessoa, além da oportunidade de acesso à escola, ter garantidas as condições de permanência, tendo em vista seu pleno desenvolvimento, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988 apud LORE; LUSCHER, 2011, 780).

Fatores sociais são marcantes quando se fala na evasão de alunos, havendo “razões que motivam a evasão como, por exemplo, a escolha de outra escola, um trabalho, o desinteresse pela continuidade de estudos, problemas na escola, problemas pessoais ou problemas sociais” (JORDAN; LARA; MCPARTLAND, 1996 apud LORE; LUSCHER, 2011, p. 775). Destacamos, devido à importância para nosso estudo, questões como iniciar um trabalho, problemas pessoais ou problemas de origem social. Acreditamos que a não permanência dos alunos pode estar relacionada à falta de condições de se manterem, economicamente, na escola. Conforme já dito no texto, o programa, através do salário mínimo ora recebido pelos alunos, pode ser essencial para a permanência deles.

Dessa maneira, entendemos que a inserção e o acompanhamento desses alunos no programa se relacionam diretamente com a questão da retenção escolar, pois se trata de uma possibilidade de permanência na escola devido ao caráter formador e socioeconômico encontrado no PJA. Nesse viés,

No sentido de encontrar respostas ao problema da evasão e desenvolver recursos adequados à sua prevenção, destacam-se três principais agentes: 1) o sistema de ensino, que deve assegurar a diversidade de escolhas à população que deseja ou precisa retornar à sua formação; 2) as instituições escolares, que devem buscar soluções para os problemas que estão na sua área de competência; e 3) o sistema produtivo, que deve estimular o jovem a retomar seu processo formativo (LORE; LUSCHER, 2011, p. 777).

Analisando a citação acima, visualizamos um importante tripé no que diz respeito à permanência do jovem aluno do ensino profissional, qual seja, o sistema de ensino, as escolas e o sistema produtivo. Às instituições escolares cabe promover soluções, dentro de suas características e seu contexto, que sejam meios de superação dos problemas apresentados. Incluir novas perspectivas de formação, respeitando a missão e as características de cada instituição, é ação necessária para a melhoria da qualidade da educação em cada contexto.

Consideremos, ainda, que

A bibliografia sobre a evasão escolar aponta, ainda, que sua ocorrência na educação técnica é uma das razões mais significativas para a baixa qualificação e habilitação profissionais apresentadas pelos jovens em suas tentativas de ingresso no mercado de trabalho (EURYDICE, 1994; OECD, 2003, 2004, 2004a apud LORE; LUSCHER, 2011, p. 777).

Ainda nessa perspectiva,

Do ponto de vista social e individual, a escola representa oportunidade fundamental para enfrentar e superar limitações do contexto, diante de desejos e aspirações dos indivíduos, permitindo-lhes construir novas, mais complexas e mais amplas perspectivas de inserção e de participação na vida social. Contudo, isso requer a permanência do estudante na escola. No caso da educação brasileira, as condições de acesso e de permanência do estudante na escola e, particularmente, na escola técnica, são definidas em grande medida pela política educacional voltada a essa modalidade de ensino e a sua relação com o ensino de nível médio (LORE; LUSCHER, 2011, p. 778).

Dessa forma, vejamos o quão importante é permitir que alunos do ensino técnico profissional possam, em sua formação na escola, ser inseridos e acompanhados no mercado de trabalho, exercendo atividades que conversem com sua formação acadêmica e adquirindo

experiências profissionais. Além da melhor vivência acadêmica, há a possibilidade de inserção posterior no mercado de trabalho, haja vista a experiência adquirida durante os anos escolares.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da elaboração e construção prática desta pesquisa, percebemos o quanto a questão da superação da dicotomia socioeducacional encontra-se intrinsecamente ligada à questão da inserção dos jovens no mercado de trabalho. Considerando nosso referencial teórico acerca da criação das escolas profissionalizantes, observamos que, se, a princípio, essas escolas tinham como missão a retirada dos jovens menos abastados das ruas e, por conseguinte, da marginalização, separando aqueles a quem seria atribuído valor intelectual daqueles a quem restaria a mão de obra braçal, destacamos que, à medida que foram surgindo investimentos públicos na educação e com a criação das Escolas Técnicas e dos Institutos Federais de Educação, como também com a mudança no pensamento acerca dos direitos dos trabalhadores e dos filhos dessa classe, caminhamos em busca da superação dessa dicotomia. O trabalho que se tem pela frente não é algo simples, mas já teve seu início a partir das mudanças de vieses atribuídos à educação.

Educação e trabalho, conceitos aqui já dispostos, caminham, nos institutos federais, lado a lado, e a educação profissional resiste à proporção que suas bases criadoras são postas em prática e se adaptam às mudanças sociais que acontecem. Sendo assim, consideramos positivas as ações que emergem com o intuito de agregar saber aos currículos dos alunos dos institutos. A princípio, citamos o atendimento à demanda do Programa Jovem Aprendiz pelo Instituto Federal de Sergipe, que tem, em sua breve história, um número importante de alunos atendidos e, posteriormente, ressaltamos esse produto educacional que será entregue à instituição e que pretende contribuir com a gestão do programa, de maneira a tornar viável o acompanhamento e o desenvolvimento de atividades com aqueles alunos que participam do PJA. Como pode ser visto nas respostas elencadas no capítulo referente à metodologia, os próprios estudantes do *campus* pesquisado citam a falta de acompanhamento como algo negativo, e é exatamente sobre essa questão que desejamos agir. Acompanhar o programa e os jovens é atribuir sentido, conforme afirma Charlot (2013), necessário à relação entre teoria e prática, a qual é propiciada pela inserção dos alunos no mercado de trabalho. Além disso, somente por meio do acompanhamento será possível tentar evitar que os jovens façam trabalhos que diferem daquilo que veem em seus cursos.

É, sobremaneira, positiva a resposta quanto à participação no programa, e, como visto, não é apenas a questão financeira que importa para os jovens pesquisados, mas sobretudo a possibilidade de aprenderem na prática aquilo que veem em seus cursos. Assim sendo, acreditamos que esta pesquisa foi importante por destacar esse recorte dentro do instituto e

oferecer como retorno algo que possa ser utilizado em busca de melhorias para a educação. Visualizamos, ainda, a importância desta pesquisa frente à necessidade palpável de melhorias de acompanhamento e gestão do programa. De acordo com os dados obtidos e aqui elencados essa necessidade é urgente e condiz com os documentos norteadores da visão e missão do instituto. A formação não é apenas para o trabalho, mas para a vida. Autonomia, criticidade e participação social devem ser o Norte na formação dos educandos.

No que concerne à produção do produto educacional intitulado *Guia de Acompanhamento e Gestão: Programa Jovem Aprendiz*, procuramos, seguindo as explicações de Leite (2018), construir esse produto tendo em vista o contexto do nosso lócus de pesquisa. A princípio, tínhamos apenas o *Campus Estância* como referência, mas, durante o processo de criação/construção, percebemos que esse produto poderia contribuir, de igual maneira, com os demais *campi* que ofertam o programa. Em face disso, ampliamos a nossa abrangência de pesquisa e, através de emenda (que consta nos Apêndices) do projeto junto ao comitê de ética e pesquisa, aplicamos o Guia nos *Campi Aracaju e Estância*.

Por fim, por meio do questionário enviado via googleforms para os responsáveis pelo programa, nos *campus* citados, percebemos que o uso do produto é possível e necessário. Compreendemos que, enquanto pesquisadores, contribuímos um pouco para a mudança nos contextos nos quais nos inserimos por meio de nosso estudo, o que, segundo Leite (2018), é um dos objetivos da produção de produtos educacionais e dos vieses dos metrados profissionais.

REFERÊNCIAS

ALBERTO, Maria de Fátima Pereira; PESSOA, Manuella Castelo Branco. Formação Profissional: as vivências dos jovens em um programa de aprendizagem. **Estudos Interdisciplinares em Psicologia**, Londrina, v. 6, n. 1, p. 02-20, jun. 2015.

ANDRADE, Júnio Mendonça de; SANTOS, Karlos Kleiton dos; JESUS, Gustavo Santana de. O Programa Jovem Aprendiz e sua importância para os trabalhadores. **Interfaces Científicas – Direito**, Aracaju, v. 4, n. 2, p. 45-54, fev. 2016.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo Editorial, 2015.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei número 9394, 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Lei 10.097/2000 – Lei da Aprendizagem**. Brasília, DF: TEM, 2000. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/.../L10.097.htm>>. Acesso em: 30 nov. 2017.

CHARLOT, Bernard. **Da relação com o saber às práticas educativas**. São Paulo: Cortez, 2013.

CIAVATTA, Maria. **Trabalho como princípio educativo**. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/23170/1/OTrabalhoComoPr%C3%ADncipio_2016.pdf>. Acesso em: 30 nov. 2017.

CURI, Luciano Marcos; GALVÃO, Laila Lidiane Costa. Atividades Integradoras: inovação no integrado. In: ARAÚJO, Adilson Cesar; SILVA, Cláudio Nei Nascimento da (Orgs.). **Ensino médio integrado no Brasil**: fundamentos, práticas e desafios. Brasília: Ed. IFB, 2017. p. 508-524.

DÁLIA, Jaqueline de Moraes Thurler. FRAZÃO, Gabriel Almeida. Para além do ensino integrado: experiências, possibilidades e desafios da articulação entre ensino, pesquisa e extensão no currículo. In: ARAÚJO, Adilson Cesar; SILVA, Cláudio Nei Nascimento da. (Orgs.). **Ensino médio integrado no Brasil**: fundamentos, práticas e desafios. Brasília: Ed. IFB, 2017. p. 166-183.

DORE, Rosemary; LUSCHER, Ana Zuleima. Permanência e evasão na educação técnica de nível médio em Minas Gerais. **Cadernos de pesquisa**, v. 41, n. 144, Set./Dez. 2011.

FERREIRA, André Ribeiro. **Gestão de processos**; módulo 3. Brasília: ENAP/DDG, 2013. 179 p.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Educação e trabalho: bases para debater a Educação Profissional emancipadora. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 19, n. 1, p. 71-87, jan./jun. 2001.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. **O Trabalho como Princípio Educativo no Projeto de Educação Integral de Trabalhadores – Excertos.**

2012. Disponível em:

<http://www.pb.iffarroupilha.edu.br/site/midias/arquivos/201179171745208frigotto_ciavatta_ramos_o_trabalho_como_principio_educativo.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2018.

FROTA, Francisco Horácio da Silva; LIMA, Leonardo Araújo. **As disposições pedagógicas em cursos de formação inicial e continuada:** um estudo de caso sobre o Projeto Primeiro Passo – Jovem Aprendiz. Ceará, 2015.

GONÇALVES, Ana Lúcia de Alencastro. Aprendizagem profissional: trabalho e desenvolvimento social e econômico. **Estu. Av.**, São Paulo, v. 28, n. 81, Maio/ago. 2014.

GRABOWSKI, Gabriel; RIBEIRO, Jorge Alberto Rosa. Reforma, legislação e financiamento da educação profissional no Brasil. In: MOLL, Jaqueline. **Educação Profissional e Tecnológica no Brasil Contemporâneo:** desafios, tensões e possibilidades. Porto Alegre: Artmed, 2010.

IFS. Instituto Federal de Sergipe. **Manual de Gestão por processos:** ano 2018. Coordenação [de] Márcio de Souza Costa, Adryelle Sampaio Dias, Kellyane dos Santos Couto. Aracaju: IFS, 2018.

KUENZER, Acácia Zeneida. A formação dos trabalhadores no espaço de trabalho. **Trabalho Necessário**, Ano 14, n. 25, 2016.

KUENZER, Acácia Zeneida. As políticas de educação profissional uma reflexão necessária. In: MOLL, Jaqueline. **Educação Profissional e Tecnológica no Brasil Contemporâneo:** desafios, tensões e possibilidades. Porto Alegre: Artmed, 2010.

LEITE, Priscila de Souza Chisté. Produtos Educacionais em Mestrados Profissionais na Área de Ensino: uma proposta de avaliação coletiva de materiais educativos. **Investigação Qualitativa em Educação**//Investigación Cualitativa en Educación, v. 1.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação:** abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

MILANEZI, Márcia Helena; SANTOS, Akiko. Ensino integrado na perspectiva da educação para o trabalho e para a vida. In: ARAÚJO, Adilson Cesar; SILVA, Cláudio Nei Nascimento da. (Orgs.). **Ensino médio integrado no Brasil:** fundamentos, práticas e desafios. Brasília: Ed. IFB, 2017. p. 550-563.

MOURA, Dante Henrique. Educação Básica e Educação Profissional e Tecnológica: dualidade histórica e perspectiva de integração. **Holos**, ano 23, v. 2, 2007.

MOURA, Dante Henrique. **Produção de conhecimento, políticas públicas e formação docente em educação profissional.** Campinas: Mercado de Letras, 2013.

PACHECO, Eliezer. **Institutos Federais.** Uma revolução na educação profissional e tecnológica. Brasília: Fundação Santillana; São Paulo: Moderna, 2011. p. 33-45.

NEVES, Lúcia; PRONKO, Marcela. **O mercado do conhecimento e o conhecimento para o mercado**: da formação para o trabalho complexo no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro. EPSJV, 2008.

SANTOS, Anselmo Luis dos; GIMENEZ, Denis Maracci. Inserção dos Jovens no Mercado de Trabalho. **Estud. Av.**, São Paulo, v. 29, n. 85, Set./Dez. 2015.

SILVA, Rodrigo Soares da; COSTA, Bruno dos Santos; GOMES NETO, David de Paiva. Análise dos alunos ingressantes no curso técnico em Edificações do Instituto Federal de Sergipe, Campus Lagarto. In: CONNEPI - Congresso Norte e Nordeste de Pesquisa e Inovação, 11, 2016, Maceió. **Anais...** Maceió: Instituto Federal de Alagoas - IFAL, 2016. Disponível em: <<https://repositorio.ifs.edu.br/biblioteca/handle/123456789/790>>. Acesso em: 13 set. 2019.

YIN, Robert K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. Trad. Daniel Grassi. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

APÊNDICE A – Questionário para servidores.

Olá! Você está recebendo este questionário por trabalhar com o NAE (Núcleo de Apoio ao Estágio). Aqui está inserido um Guia de Acompanhamento do Programa Jovem Aprendiz no IFS. Este, é uma sugestão de procedimentos para o acompanhamento do Programa Jovem Aprendiz no Instituto Federal de Sergipe, nele são encontrados questionários a serem aplicados aos alunos partícipes do programa, bem como às empresas conveniadas, além de fluxograma de acompanhamento do programa. Gostaríamos que você colaborasse com esta pesquisa respondendo ao questionário.

1. Função: _____
2. Formação Acadêmica: _____
3. Em que período você exerce/exerceu o cargo de coordenador do Núcleo de Apoio ao Estágio?
4. Existe um fluxograma de acompanhamento do Programa?
 Sim
 Não
5. Considera possível o uso deste guia em seu campus?
 Sim
 Não
 Parcialmente
6. Considera importante o acompanhamento dos partícipes deste Programa?
 Sim
 Não
 Parcialmente
7. Considera que este guia ajudará a exercer o acompanhamento aos alunos do Jovem Aprendiz?
 Sim
 Não
8. No que concerne aos questionários, considera pertinente o uso destes para acompanhar o desenvolvimento dos jovens nas empresas?
 Sim
 Não
 Parcialmente
9. Considera importante a sugestão deste guia para os campi que ofertam vagas do Programa Jovem Aprendiz?

- Sim
 Não
 Parcialmente
10. Qual a quantidade de alunos participantes do Programa Jovem Aprendiz em seu campus?
11. Você tem domínio sobre o funcionamento e objetivos do Programa Jovem Aprendiz?
- Sim
 Não
 Parcialmente
12. Qual a carga horária destinada às atividades administrativas?
13. Como acontece o contato com as empresas?
14. Como acontece a triagem dos alunos?
15. Como acontece o acompanhamento dos alunos?
16. Percebe alguma mudança no rendimento dos alunos que participam do projeto?
17. Houve algum aluno que durante a participação no Programa evadiu?
18. Existe alguma capacitação para os alunos que ingressam no Programa?
19. Algum aluno é efetivado na empresa ao término do contrato?
20. Existe alguma avaliação empresa/aluno?
- Sim
 Não
21. Em caso de quebra de contrato, quais os procedimentos adotados?
22. Quais os principais pontos positivos e negativos acerca do Programa Jovem Aprendiz
23. Gostaria de sugerir algo para melhoria deste guia? Se sim, o quê?

APÊNDICE B – Questionário para aprendizes.

Informações sobre o aprendiz

a) Idade:

b) Sexo: () Masculino () Feminino

c) Onde mora: () Estância () _____

d) Estado Civil? () Solteiro () Casado () Divorciado

e) Filhos () 0 () 1 () 2 () 3 () _____

a) Curso no IFS: () Eletrotécnica () Edificações () Recursos Pesqueiros

b) Período: () 1º () 2º () 3º () 4º

c) Ano de ingresso no IFS: _____

d) Empresa que participa como Jovem Aprendiz: _____

e) Onde você estudou antes de ingressar no IFS?

() Escola Pública () Escola Particular

l) Já fez algum curso profissionalizante?

() Não () Sim Onde? _____

Curso? _____

Sobre o Programa

1. O que motivou você a participar do Programa Jovem Aprendiz?

() Remuneração

() Experiência profissional

() Outro: _____

2. Essa remuneração serviu para ajudar financeiramente em sua casa?

() Sim, é parte da renda familiar

() Sim, é a única renda familiar

() Não, utilizo somente para despesas pessoais.

3. Quais as suas expectativas em relação ao Programa Jovem Aprendiz?

- adquirir conhecimento
- adquirir experiência profissional
- ter uma renda
- possibilidade de contratação como efetivo pela empresa
- _____

4. Você considera que o horário destinado a empresa prejudicou seus estudos?

- Sim. A carga horária de trabalho atrapalha o tempo de estudo
- Não. Consigo conciliar trabalho e estudo.

5. A atividade que você desenvolve no Programa está relacionada ao seu curso?

- Sim
- Não

6. Qual atividade você desenvolve na empresa?

7. Em relação a sua experiência profissional no Programa, o que você tem a dizer?

8. Como você avalia a sua participação no curso?

- Muito boa
- Boa
- Regular
- Ruim

9. Como você avalia a sua participação na empresa?

- Muito boa
- Boa
- Regular
- Ruim

10. Você considera que a sua inserção no Programa mudou algo em sua vida? Se sim, o quê?

11. Qual sua crítica ou sugestão sobre o Programa Jovem Aprendiz?

APÊNDICE C – Carta de anuência.

Declaramos para os devidos fins, que aceitaremos a pesquisadora Danielle da Silva Andrade, para desenvolver o seu projeto de pesquisa PROGRAMA JOVEM APRENDIZ: ESTUDO DE CASO NO IFS *CAMPUS* ESTÂNCIA-SE, cujo objetivo é desenvolver estratégias para melhorar a gestão do Programa Jovem Aprendiz – PJA no Instituto Federal de Sergipe - IFS *Campus* Estância.

A aceitação está condicionada ao cumprimento da pesquisadora aos requisitos da Resolução 466/12 e suas complementares, comprometendo-se a utilizar os dados e materiais coletados, exclusivamente para os fins da pesquisa. Estamos cientes dos riscos e benefícios que trarão esta pesquisa e estamos de acordo, pois os benefícios se sobressaem aos riscos e há medidas para dirimir os riscos em questão.

Assim, autorizamos a aplicação de questionário e entrevistas, coleta de dados do Programa Jovem Aprendiz desta instituição e aplicação do produto educacional. Pontuamos que estamos cientes quanto a não utilização de recursos financeiros para esta instituição. Além disso, estamos cientes, conforme legislação, que nos é permitido solicitar em qualquer tempo os termos que autorizam esta pesquisa, bem como, nos é garantido solicitar e receber esclarecimentos antes, durante e depois do desenvolvimento da pesquisa. Da mesma forma nos é garantida a liberdade de retirar a anuência a qualquer momento da pesquisa sem penalização alguma, caso não sejam cumpridos os compromissos dispostos nesta Carta.

Estância, 22 de setembro de 2018.

Sônia Pinto de Albuquerque Melo

Diretora do IFS Campus Estância

APÊNDICE D – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

O(A) senhor(a) está sendo convidado(a) a autorizar a sua participação em uma pesquisa de mestrado intitulada “**Programa Jovem Aprendiz: Um estudo de caso no IFS Campus Estância**”, tendo como objetivo geral desenvolver estratégias e um produto educacional para aperfeiçoar a gestão do Programa Jovem Aprendiz – PJA no Instituto Federal de Sergipe - IFS *Campus* Estância. Os objetivos específicos são: analisar o funcionamento administrativo do PJA no Instituto Federal de Sergipe - IFS *Campus* Estância; analisar o perfil dos jovens envolvidos no Programa e as implicações deste na vida do público investigado; investigar a relação entre a atividade desenvolvida no Programa e o curso do aluno no IFS; Desenvolver material textual contendo guia de fluxo administrativo do Programa Jovem Aprendiz.

Os benefícios e vantagens em participar deste estudo será a possibilidade de desenvolver ações para melhoria da administração do Programa Jovem Aprendiz e os riscos destes procedimentos serão mínimos por envolver medições não-invasivas, dentre os quais elencamos quebra de sigilo e constrangimento, e desde já elencamos também os meios de dirimir esses riscos, quais sejam, utilizando-se da aplicação de questionários enumerados e aplicados pelo googleforms.

A pessoa que acompanhará os procedimentos será a pesquisadora e estudante do Programa de Pós Graduação em Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal de Sergipe **Danielle da Silva Andrade**. A pesquisa tem como orientadora a professora Dra. Sônia Pinto de Albuquerque Melo.

Solicitamos a sua autorização para o uso das produções referentes às observações, questionário e atividades relacionadas ao projeto para a produção de um material textual, escrita da dissertação de mestrado e publicação interna e externa de artigos técnicos e científicos. A sua privacidade será mantida através da não identificação do seu nome.

Acrescentamos que, mesmo aceitando participar do estudo, o(a) senhor(a) poderá desistir a qualquer momento, bastando para isso informar sua decisão aos responsáveis. Não é previsto que o senhor (a) tenha nenhuma despesa na participação nesta pesquisa ou em virtude da mesma, todavia, caso ele/ela venha a ter qualquer despesa em decorrência de sua contribuição neste estudo, será plenamente ressarcido. Ressaltamos ainda que, no caso de eventuais danos acarretados pela sua participação no presente estudo, você será plenamente indenizado, conforme determina a Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde do Ministério da Saúde (CNS/MS).

Os dados referentes à sua pessoa serão sigilosos e privados, preceitos estes assegurados pela Resolução nº 466/12 do Conselho Nacional de Saúde, podendo o(a) senhor(a) solicitar informações durante todas as fases da pesquisa, inclusive após a publicação dos dados obtidos a partir desta, através da pesquisadora responsável Danielle da Silva Andrade (danielleandrade018@gmail.com) e/ou pelo Comitê de Ética e Pesquisa do IFS - Coordenador do Comitê de Ética: Jaime José da Silveira Barros Neto - Endereço: Av. Jorge Amado, 1551, Loteamento Garcia, Bairro Jardins, Aracaju - SE. Reitoria/PROPEX/2º andar Horário de Atendimento: Segunda-feira à sexta-feira, das 8h às 12h. Telefone (79) 3711-1437 E-mail: cep@ifs.edu.br

Agradecemos a vossa participação e colaboração.

Título da pesquisa: Programa Jovem Aprendiz: um estudo de caso no IFS *Campus* Estância

Pesquisador responsável: Danielle da Silva Andrade

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Sônia Pinto de Albuquerque Melo

Instituição: Instituto Federal de Sergipe/ Campus Aracaju

Local da coleta de dados: Instituto Federal de Sergipe/ Campus Estância

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO

Declaro que fui devidamente esclarecido (a), revisei totalmente e entendi o conteúdo deste Termo e dou o meu consentimento para que o aluno _____

participe da pesquisa e para publicação dos resultados. Estou ciente que receberei uma via desse documento. Estou permitindo a participação dele(a) neste estudo, desde que assegurado o anonimato e o uso de sua imagem em recursos audiovisuais, por livre e espontânea vontade, não tendo sido forçado(a) ou coagido(a).

Nome por extenso:

Assinatura _____ RG: _____

Local: _____ Data: ____/____/____

RESPONSABILIDADE DO PESQUISADOR RESPONSÁVEL

Certifico que revisei o conteúdo deste Termo de Consentimento com o participante em questão, explicando os riscos e benefícios conhecidos desta pesquisa. E assumo a responsabilidade sobre a realização deste estudo.

Danielle da Silva Andrade
Pesquisadora Responsável
CPF: 032.686.975-18
Contato: (79)99931-3511 danielleandrade018@gmail.com

APÊNDICE E – Produto educacional.

GUIA DE ACOMPANHAMENTO E GESTÃO: PROGRAMA JOVEM APRENDIZ

DANIELLE DA SILVA ANDRADE
SÔNIA PINTO DE ALBUQUERQUE MELO




**INSTITUTO
FEDERAL**
Sergipe
2020

GUIA DE ACOMPANHAMENTO E GESTÃO: PROGRAMA **JOVEM APRENDIZ**

DANIELLE DA SILVA ANDRADE
SÔNIA PINTO DE ALBUQUERQUE MELO

Ficha Técnica

**INSTITUTO FEDERAL DE SERGIPE
MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL
E TECNOLÓGICA (PROFEPT)**

EDITORIAL

Elaboração e Organização

Autora - Danielle da Silva Andrade

Orientadora - Prof^a Dra Sônia Pinto de Albuquerque Melo

Revisor do texto - Éverton de Jesus Santos

VISUAL

Projeto Gráfico / Ilustração / Finalização / Diagramação:

Ademar Júnior Carvalho Rodrigues

Ilustrações: freepick.com

Andrade, Danielle da Silva.
A553g Guia de acompanhamento e gestão: programa jovem aprendiz. /
Danielle da Silva Andrade, Sônia Pinto de Albuquerque Melo. – Aracaju,
2020.
11p.: il.

1. Educação Profissional e Tecnológica. 2. Programa Jovem
Aprendiz. 3. Ensino Integrado. I. Instituto Federal de Educação
Ciência e Tecnologia de Sergipe - IFS. II. Melo, Sônia Pinto de
Albuquerque. III. Título.

CDU: 377.36

Ficha catalográfica elaborada pela bibliotecária Célia Aparecida Santos de Araújo
CRB 5/1030

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	3
FLUXOGRAMA DIVULGAÇÃO DE TURMAS	4
FLUXOGRAMA ACOMPANHAMENTO AO ALUNO DO PROGRAMA JOVEM APRENDIZ	5
PLANEJAMENTO DE AÇÕES	6
ATIVIDADE DE INÍCIO	6
LANÇAMENTO DE CALENDÁRIO ANUAL DE CURSO	6
MATRÍCULA DOS ALUNOS NOS CURSOS	6
TRIAGEM	6
INÍCIO DO PERÍODO LETIVO	8
ACOMPANHAMENTO	8
APLICAÇÃO DOS QUESTIONÁRIOS	9
CONSIDERAÇÕES	10
ANEXOS	11
- QUESTIONÁRIO EMPRESA/ALUNO	
- QUESTIONÁRIO ALUNO/EMPRESA	
- QUESTIONÁRIO DE AUTOAVALIAÇÃO	
- CARD DE DIVULGAÇÃO	

APRESENTAÇÃO

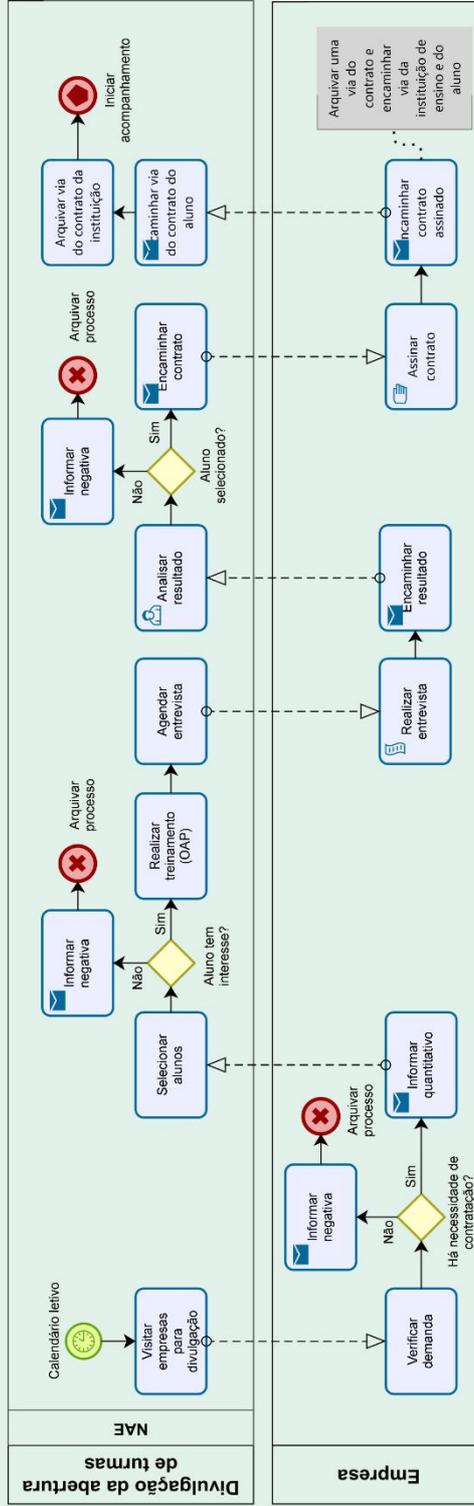
Senhor(a) coordenador(a), o Programa Jovem Aprendiz abrange jovens na faixa etária de 14 a 24 anos. O Programa Jovem Aprendiz se configura como uma das primeiras – ou a primeira – experiências profissionais, regulamentada, de muitos jovens. É um Programa criado por meio de Lei Federal que indica a obrigatoriedade da contratação de adolescentes e jovens na faixa etária já mencionada.

Dessa forma, este Guia de Acompanhamento é uma sugestão de procedimentos para que seja feito o acompanhamento regular do aluno que participa do programa supracitado. Sugerimos a aplicação de alguns questionários tanto com os jovens quanto com as empresas conveniadas, com o intuito de melhor gerir o funcionamento do programa, bem como para melhor acompanhar o cotidiano profissional desse aluno.

No decorrer deste material, seguem informações que consideramos importantes para o acompanhamento do desempenho dos envolvidos no programa.

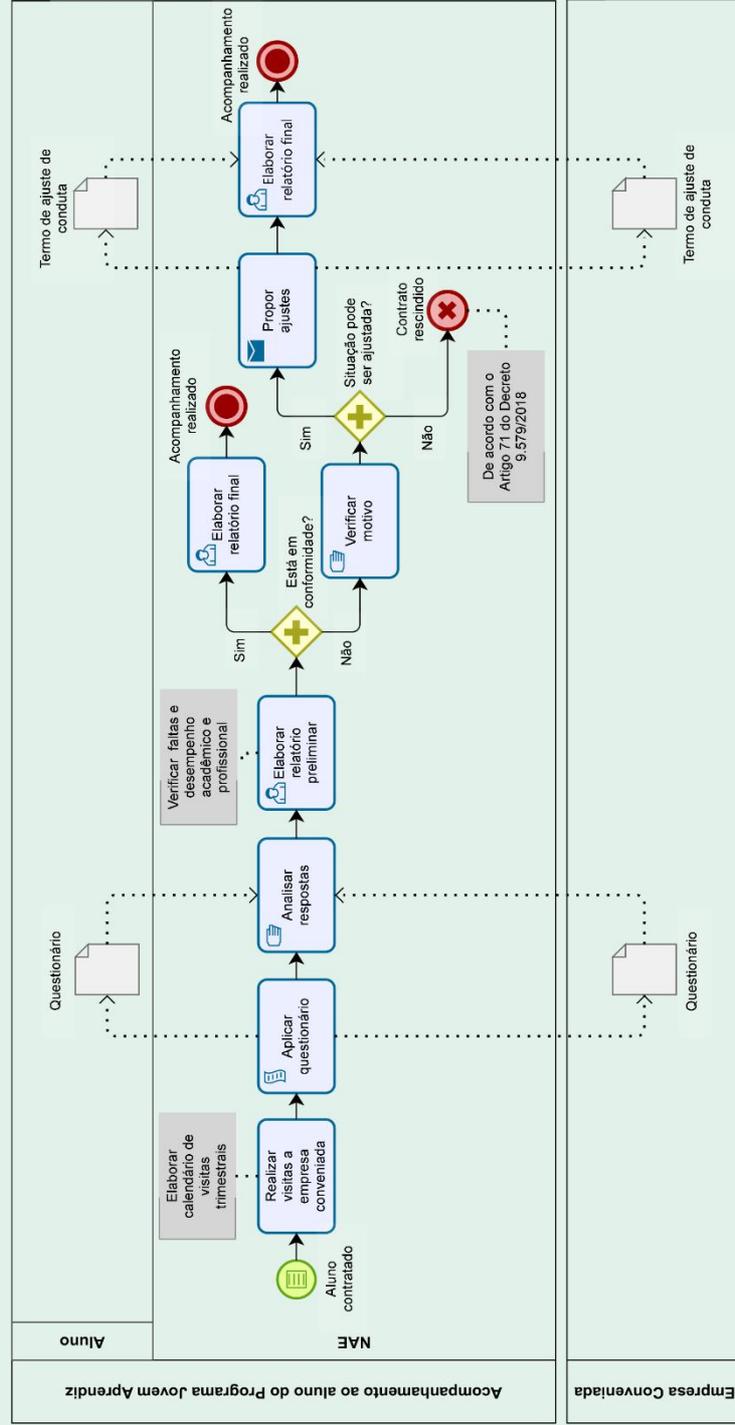


FLUXOGRAMA DIVULGAÇÃO DA ABERTURA DE TURMAS



FLUXOGRAMA

ACOMPANHAMENTO AO ALUNO DO PROGRAMA JOVEM APRENDIZ



PLANEJAMENTO DAS ATIVIDADES

ATIVIDADE DE INÍCIO

LANÇAMENTO DO CALENDÁRIO ANUAL DOS CURSOS

- Quando o calendário letivo estiver pronto, as empresas conveniadas devem receber visita do(a) coordenador(a) como forma de divulgação da abertura das novas turmas.
- Nessa visita, o(a) coordenador(a) deve pontuar o início do período letivo e a possibilidade de contratação dos aprendizes assim que as aulas forem iniciadas.

MATRÍCULA DOS ALUNOS NOS CURSOS

- No momento de matrícula e/ou rematrícula, o aluno deve sinalizar se tem ou não interesse em participar do Programa.
- Ao efetuar a matrícula e/ou rematrícula, o aluno já faz um pré-cadastro no Programa Jovem Aprendiz. Esse pré-cadastro irá ajudar no momento da indicação de alunos para a seleção das empresas.

TRIAGEM

- No pré-cadastro, devem ser solicitadas as informações necessárias para o preenchimento do contrato com o Programa/Empresa.
- É interessante que o pré-cadastro tenha como um de seus critérios a vulnerabilidade social, no entanto, no decorrer do ano letivo e laboral, o desempenho acadêmico-profissional precisa se sobrepor à questão social.
- Com o pré-cadastro será mais fácil e rápido identificar de forma prévia aqueles jovens que podem estar participando do Programa Jovem Aprendiz.



- Ao observar a necessidade de aprendizes, a empresa deve entrar em contato com os setores responsáveis para informar a quantidade de aprendizes que estará contratando, de modo a ser realizada a seleção junto ao pré-cadastro. Isso deve ser feito o mais breve possível para que o contrato seja firmado antes do início das aulas. Essas informações dizem respeito às turmas de aprendizes contratados no primeiro período. Mas não podemos esquecer que os aprendizes podem ser contratados também em períodos seguintes, contanto que a data do início do contrato seja igual ao início do período letivo do curso.



- Ao serem selecionados e contratados, os aprendizes, juntamente com seus pais e/ou responsáveis, devem ser convocados para reunião com o responsável pelo setor para que sejam inteirados quanto ao funcionamento do Programa, às regras, aos direitos e aos deveres. O acompanhamento dos pais é especialmente para os jovens menores de idade, não sendo obrigatório para os de maior idade.



- Os pais devem acompanhar os jovens durante o período de vigência do curso.

- É de responsabilidade do IFS, através da DIREX/Reitoria, mediar a celebração de convênios para possibilitar a contratação dos aprendizes, esclarecendo dúvidas e questionamentos dos jovens em relação ao primeiro emprego. Esse contato é de suma importância para o aprendiz, além de que a interação com outros aprendizes e com o seu coordenador é bastante enriquecedora para os jovens aprendizes. No momento da contratação, podem surgir inúmeras dúvidas, cabendo ao responsável pelo setor tentar saná-las.

INÍCIO DO PERÍODO LETIVO

- Tendo conhecimento do calendário previamente, é mais fácil tanto para as empresas quanto para o IFS administrar as vagas e os candidatos a elas.
- Ao iniciar o período letivo, é necessário que os jovens/empresas estejam com os contratos firmados.

ACOMPANHAMENTO

- O aluno partícipe do Programa deve ser acompanhado pelo(a) coordenador(a) e pelo seu chefe direto.
- Devem ser observadas suas faltas, suas notas e seu desempenho nas atividades escolares.
- Esse aluno deve ser estimulado a participar de eventos e atividades acadêmicas que ocorram no Campus. A participação nos eventos deve ser estimulada, na medida em que enriquece o currículo acadêmico do aprendiz, além de trazer a possibilidade de novas aprendizagens que podem ser postas em prática nas empresas conveniadas.
- O responsável pelo setor deve visitar as empresas que fizeram convênio com o Campus a fim de observar o desempenho profissional do aluno, conversar com o encarregado pelo aprendiz na empresa e saber deste qual a perspectiva que a empresa tem em relação ao aprendiz.
- Nessas visitas, o(a) coordenador(a) deve observar o ambiente de trabalho do aprendiz, bem como a maneira como se dá a interação entre o aprendiz e os demais colaboradores e chefes.



- O(A) coordenador(a) deve dar feedback ao aprendiz em reuniões periódicas, estimulando a melhoria deste em seu ambiente de trabalho, a fim de que esse jovem seja efetivado na empresa, ou mesmo bem avaliado em sua participação no Programa, além de nutrir uma relação amistosa com a empresa conveniada para posterior contratação de mais aprendizes.
- O acompanhamento do jovem aprendiz é de fundamental importância para a melhoria do seu desempenho e está inscrito na lei da aprendizagem.
- O(A) responsável pelo setor precisa ter um calendário de atividades com esses jovens. São sugeridas reuniões periódicas para interação dos participantes do projeto, bem como para socialização e aconselhamento deles em relação ao trabalho, à carga horária e ao curso que estão cursando.
- As atividades de interação devem servir, entre outras coisas, para estimular o bom desenvolvimento desses jovens, saber deles como está sendo a experiência laboral e como esta está influenciando em sua vida acadêmica.
- Os jovens aprendizes devem ser estimulados tanto profissional quanto academicamente. Temas debatidos nos encontros e outras atividades são:
 - O mundo do trabalho
 - Trabalho como princípio educativo: como o Programa Jovem Aprendiz se agrega à prática dos cursos profissionalizantes
 - Relatos de experiência
 - Feedbacks das visitas já realizadas

APLICAÇÃO DOS QUESTIONÁRIOS

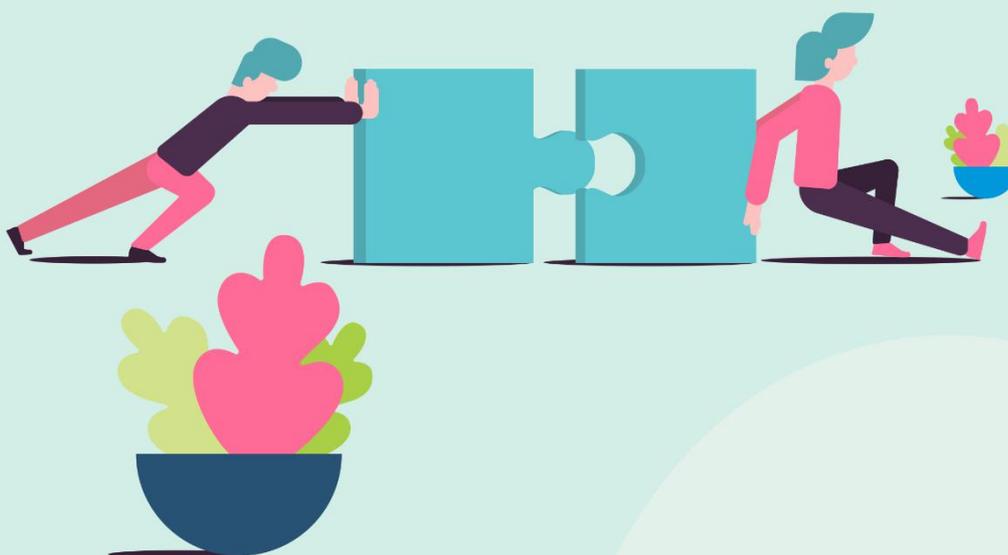
- Os questionários devem ser aplicados em um processo amistoso e tranquilo.
- É necessário que sejam esclarecidas possíveis dúvidas que possam surgir durante a aplicação.
- É interessante reforçar para os respondentes a importância desse acompanhamento e para que ele serve.



CONSIDERAÇÕES

Coordenadores(as), as informações aqui existentes são sugestões de práticas de acompanhamento, porém não é necessário que sejam utilizadas apenas as práticas aqui sugeridas. Estas servem como um guia, mas a adequação à realidade de seu Campus é mais que bem-vinda!

Desejamos que este guia seja útil para sua prática laboral e agradecemos por sua atenção!



ANEXOS

QUESTIONÁRIO ALUNO/EMPRESA

CURSO: _____ DATA: / /
EMPRESA: _____

QUANTO À EMPRESA, AVALIE:	ÀS VEZES	SEMPRE	NUNCA
Apresenta receptividade ?			
Apresenta direcionamento das atividades?			
Tem um bom ambiente de trabalho ?			
Demonstra boa relação interpessoal – funcionários			
Demonstra boa relação interpessoal – chefe direto			
Colabora com a aprendizagem?			
Dispõe de boa comunicação ?			
Exerce aspectos motivacionais ?			
Demonstra clareza nas informações ?			
Apresenta organização interna/externa?			
Percebe relação com as atividades executadas /curso?			

Hora da Sugestão! Sua opinião é muito importante!

Fatores que considera positivos:

Fatores que considera negativos:

AUTOAVALIAÇÃO

CURSO:

DATA: / /

EMPRESA:

COMO VOCÊ AVALIA SUA PARTICIPAÇÃO – EMPRESA	ÓTIMO	BOM	REGULAR
Participação nas atividades			
Comunicação			
Proatividade			
Responsabilidade			
Pontualidade			
Assiduidade			
Desempenho			
Relacionamento Interpessoal			

COMO VOCÊ AVALIA SUA PARTICIPAÇÃO – CURSO	ÓTIMO	BOM	REGULAR
Participação nas atividades			
Comunicação			
Responsabilidade			
Pontualidade			
Assiduidade			
Participação em eventos			
Relacionamento Interpessoal			

QUESTIONÁRIO EMPRESA/ALUNO

NOME: _____ DATA: / /

EMPRESA: _____

QUANTO AO ALUNO, AVALIE:	ÀS VEZES	SEMPRE	NUNCA
Demonstra receptividade ?			
Apresenta responsabilidade ?			
Evidencia boa relação interpessoal com a equipe?			
Demonstra colaboração nas atividades?			
Apresenta proatividade ?			
Expressa boa comunicação ?			
Realiza as atividades com eficiência ?			
Mostra empenho nas atividades?			
Demonstra motivação ?			
Apresenta flexibilidade ?			
Expressa organização em suas atividades?			

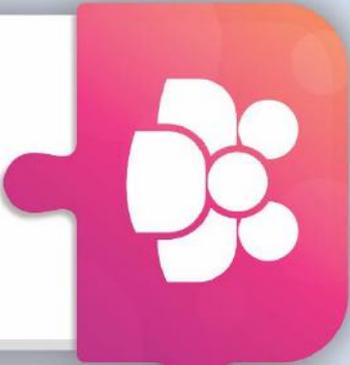
Hora da Sugestão! Sua opinião é muito importante!

Existe a possibilidade de contratação desse aprendiz?

SIM () NÃO ()

Quais fatores colaboram para a efetivação ou não desse aprendiz?

CARDO DE DIVULGAÇÃO DO PROGRAMA JOVEM APRENDIZ



Olá, jovem! Você conhece o Programa Jovem Aprendiz?

O Jovem Aprendiz é um programa criado por meio de Lei Federal 10.097/00, que dispõe sobre a obrigatoriedade da contratação de jovens de 14 a 24 anos por empresas que tenham um número X de funcionários!

Os jovens devem estar devidamente matriculados nos cursos oferecidos.



Devem obter bom desempenho nas atividades e demonstrar interesse em participar do programal

Você sabia que o Instituto Federal de Sergipe também oferta vagas nesse programa?

Os Institutos Federais também podem ofertar vagas. E aqui, neste campus, nós temos empresas conveniadas e ofertamos vagas para os alunos interessados!



Você já sabe a quem recorrer para participar das seleções do programa?

Aqui, no campus, quem está responsável por esse acompanhamento é o NAE.

Nós temos um coordenador que poderá esclarecer as suas dúvidas quanto à possibilidade de participação no programal



Então, se você tem entre 14 e 24 anos, você é um candidato ao programal

Agora que você já sabe da existência do programa no campus, procure o NAE e se informe melhor sobre as vagas e o funcionamento do programal

